



澳門特別行政區政府

Governo da Região Administrativa Especial de Macau

行政公職局

Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública

Concursos de avaliação de competências integradas referentes a
habilitações académicas de licenciatura e
concursos de avaliação de competências integradas referentes a
habilitações académicas de bacharelato

Programa da prova - «Lei Básica da Região Administrativa Especial de
Macau» e legislação sobre a Administração Pública da RAEM

2019.9

Índice

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China----	1
Lei n.º 2/1999 (Lei de Bases da Orgânica do Governo)-----	62
Regulamento Administrativo n.º 6/1999 (Organização, competências e funcionamento dos serviços e entidades públicos)-----	72
Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 57/99/M, de 11 de Outubro-----	78
Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, vigente-----	101
Lei n.º 14/2009 (Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017-----	172
Lei n.º 12/2015 (Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos) -----	194
Regulamento Administrativo n.º 31/2004 (Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública) -----	209

- 1) **Qual a data de entrada em vigor da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China (RPC)» ?**
 - A. 19 de Dezembro de 1999
 - B. 25 de Dezembro de 1999
 - C. 20 de Dezembro de 1999
 - D. 1 de Outubro de 1999

- 2) **De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», qual dos seguintes princípios é seguido pela Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) ?**
 - A. Um país, um sistema
 - B. Uma região, dois sistemas
 - C. Um país, dois sistemas
 - D. Todas as opções acima estão incorrectas

- 3) **De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a Região Administrativa Especial de Macau:**
 - A. Pode ser alienada no todo da RPC
 - B. Pode ser alienada em partes da RPC
 - C. Pode ser alienada faseadamente da RPC
 - D. É parte inalienável da RPC

- 4) **De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», qual dos seguintes órgãos autoriza a RAEM a exercer um alto grau de autonomia segundo a lei?**
- A. Governo Popular Central da RPC
 - B. Assembleia Popular Nacional da RPC
 - C. Supremo Tribunal Popular da RPC
 - D. Suprema Procuradoria Popular da RPC
- 5) **De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a RAEM goza de:**
- A. Poder executivo
 - B. Poder legislativo
 - C. Poder judicial independente, incluindo o de julgamento em última instância
 - D. Todas as opções acima estão correctas
- 6) **De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», quais dos seguintes indivíduos podem integrar, nos termos da lei, o órgão executivo da RAEM ?**
- A. Residentes da RAEM
 - B. Residentes permanentes da RAEM
 - C. Residentes não permanentes da RAEM
 - D. Quaisquer indivíduos

7) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», quais as pessoas cujos direitos e liberdades são assegurados pela RAEM nos termos da lei?

- A. Residentes da RAEM e de outras pessoas na Região
- B. Residentes da RAEM
- C. Outras pessoas
- D. As respostas acima estão todas incorrectas

8) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», durante quantos anos se mantêm inalterados o sistema capitalista e a maneira de viver anteriormente existentes na RAEM?

- A. 20 anos
- B. 30 anos
- C. 40 anos
- D. 50 anos

9) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os rendimentos resultantes dos solos e dos recursos naturais na RAEM:

- A. Ficam proporcionalmente à disposição do Governo Popular Central
- B. Ficam em algumas partes à disposição do Governo da RAEM
- C. Ficam maioritariamente à disposição do Governo da RAEM
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

10) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da

RPC», a(s) língua(s) oficial/oficiais da RAEM é/são:

- A. Inglês
- B. Chinês
- C. Português
- D. Chinês e português

11) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da

RPC», a bandeira regional da RAEM tem o desenho de:

- A. Cinco estrelas e flor de pessegueiro
- B. Cinco estrelas, flor de lótus, ponte e água do mar
- C. Ponte e água do mar
- D. Flor de lótus, ponte e água do mar

12) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da

RPC», a RAEM é uma região administrativa local da RPC que goza de um alto grau de autonomia e fica directamente subordinada ao:

- A. Supremo Tribunal Popular
- B. Suprema Procuradoria Popular
- C. Governo Popular Central
- D. As respostas acima estão todas correctas

13) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Governo Popular Central é responsável pelos ____ relativos à RAEM:

- A. Assuntos legislativos
- B. Assuntos das relações externas
- C. Assuntos executivos
- D. Assuntos judiciais

14) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Governo Popular Central é responsável pelos/pela:

- A. Assuntos legislativos
- B. Assuntos executivos
- C. Assuntos judiciais
- D. Defesa

15) De acordo com as respectivas disposições da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RAEM», o Governo Popular Central nomeia e exonera:

- A. Chefe do Executivo
- B. Titulares dos principais cargos do Governo
- C. Procurador
- D. Todas as opções acima estão correctas

16) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», as leis produzidas pelo órgão legislativo da RAEM devem ser comunicadas para registo ao:

- A. Chefe do Executivo
- B. Presidente do Tribunal de Última Instância
- C. Governo Popular Central
- D. Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional

17) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», se, após consulta à/ao _____, o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional considerar que qualquer lei produzida pelo órgão legislativo da RAEM não está em conformidade com as disposições da «Lei Básica» respeitantes ao relacionamento entre as Autoridades Centrais e a RAEM, pode devolver a lei em causa. Qual das respostas seguintes preenche correctamente o espaço em branco no texto?

- A. Comissão da Lei Básica da RAEM
- B. Chefe do Executivo da RAEM
- C. Tribunal de Última Instância da RAEM
- D. Assembleia Legislativa da RAEM

18) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», qual/quais das seguintes Leis Nacionais é/são aplicada(s) na RAEM?

- A. «Lei da Bandeira Nacional da República Popular da China»
- B. «Lei sobre as Águas Territoriais e Zonas Adjacentes»
- C. «Lei do Estacionamento de Tropas na Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
- D. Todas as opções acima estão correctas

19) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a RAEM deve proibir, por si própria o:

- A. Acto de amar a Pátria
- B. Acto para unir a Pátria
- C. Acto de traição à Pátria
- D. Acto de apoiar o Governo Popular Central

20) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os residentes da RAEM, abreviadamente denominados como residentes de Macau, abrangem:

- A. Os residentes permanentes
- B. Os residentes não permanentes
- C. Os residentes permanentes e os residentes não permanentes
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

21) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», são residentes permanentes da RAEM, _____ do estabelecimento da RAEM. Qual das respostas seguintes preenche correctamente o espaço em branco no texto?

- A. Os cidadãos estrangeiros nascidos em Macau antes
- B. Os cidadãos chineses nascidos em Macau antes
- C. Os cidadãos chineses nascidos em Macau depois
- D. Os cidadãos chineses nascidos antes ou depois

22) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os residentes permanentes da RAEM:

- A. Têm direito à residência na RAEM
- B. Têm direito à titularidade do Bilhete de Identidade de Residente Permanente da RAEM
- C. Têm direito à residência na RAEM e à titularidade do Bilhete de Identidade de Residente de Macau
- D. Têm direito à residência na RAEM e à titularidade do Bilhete de Identidade de Residente Permanente da RAEM

23) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os residentes não permanentes da RAEM não têm direito à:

- A. Liberdade de expressão
- B. Liberdade de associação
- C. Residência
- D. Liberdade de reunião

24) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os residentes de Macau são:

- A. Iguais perante a lei
- B. Iguais em razão de ascendência
- C. Iguais em razão de nacionalidade
- D. Iguais em razão de sexo

25) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», nos termos da lei, os residentes permanentes da RAEM têm:

- A. O direito de eleger
- B. O direito de ser eleitos
- C. O direito de eleger ou de ser eleitos
- D. O direito de eleger e de ser eleitos

26) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os residentes de Macau gozam de:

- A. Liberdade de expressão
- B. Liberdade de imprensa
- C. Liberdade de associação
- D. Todas as opções acima estão correctas

27) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», em virtude de prisão arbitrária ou ilegal, os residentes de Macau têm direito a interpor perante o tribunal, o pedido de :

- A. Mandato de revistas pessoais
- B. Habeas corpus
- C. Mandato de proibição de contacto
- D. Mandato de busca domiciliária

28) Quando um residente de Macau for acusado da prática de crime, até ao trânsito em julgado da sentença de condenação pelo tribunal, deve presumir-se:

- A. Culpado
- B. Culpado temporariamente
- C. Inocente
- D. Inocente temporariamente

29) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», é inviolável a dignidade humana dos residentes de Macau. É/São proibida(s) _____, seja/sejam qual/quais for/forem a sua forma, contra qualquer residente de Macau.

- A. Injúria
- B. Difamação
- C. Denúncia e acusação falsas
- D. Todas as opções acima estão correctas

30) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o domicílio dos residentes de Macau é inviolável. São proibidas:

- A. A busca arbitrária
- B. A busca ilegal
- C. A busca arbitrária e ilegal
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

31) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a liberdade e o sigilo dos meios de comunicação dos residentes de Macau:

- A. Não são protegidos pela lei
- B. São protegidos pela lei
- C. Poderão ser violados por qualquer motivo
- D. Não poderão ser violados, sejam quais forem os motivos

32) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», aos residentes de Macau é/são reconhecida(s)_____ em qualquer parte da RAEM. Qual das respostas seguintes preenche correctamente o espaço em branco no texto?

- A. A liberdade de se deslocarem e fixarem
- B. A liberdade de imigrarem para outros países ou regiões
- C. A liberdade de sair da Região e regressar a esta
- D. Todas as opções acima estão correctas

33) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os residentes de Macau gozam de:

- A. Liberdade de crença religiosa
- B. Liberdade de escolha de profissão e de emprego
- C. Liberdade de exercer actividades de investigação académica
- D. Todas as opções acima estão correctas

34) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», na defesa dos seus legítimos direitos e interesses, aos residentes de Macau é assegurado o acesso ao Direito e ao/s :

- A. Tribunais
- B. Ministério Público
- C. Chefe do Executivo
- D. Assembleia Legislativa

35) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», quais dos seguintes direitos dos residentes de Macau são legalmente protegidos?

- A. Liberdade de contrair casamento
- B. Direito de livre procriação
- C. Direito de constituir família
- D. Todas as opções acima estão correctas

36) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», após o regresso à Pátria, as disposições que sejam aplicáveis a Macau do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos:

- A. Deixam de vigorar
- B. Continuam a vigorar
- C. Continuam a vigorar e são aplicadas mediante leis da RAEM
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

37) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», as pessoas que não sejam residentes de Macau, mas se encontrem na RAEM:

- A. Gozam, em conformidade com a lei, dos direitos e liberdades dos residentes de Macau, previstos na «Lei Básica»
- B. Têm a obrigação de cumprir as leis vigentes na RAEM
- C. A resposta correcta é A ou B
- D. A resposta correcta é A e B

38) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Chefe do Executivo da RAEM que representa a Região, é o _____ da RAEM. Qual das respostas seguintes preenche correctamente o espaço em branco no texto?

- A. Dirigente da Região
- B. Presidente do município
- C. Dirigente máximo
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

39) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Chefe do Executivo da RAEM deve:

- A. Ter pelo menos 40 anos de idade
- B. Residir habitualmente em Macau há pelo menos 10 anos consecutivos
- C. Ser residente não permanente da RAEM
- D. Todas as opções acima estão correctas

40) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Chefe do Executivo da RAEM é nomeado:

- A. Com base nos resultados de eleições
- B. Com base nos resultados de consultas
- C. Com base nos resultados de eleições ou consultas
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

41) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Chefe do Executivo da RAEM:

- A. Tem um mandato de dez anos, sendo permitida uma recondução
- B. Tem um mandato de dez anos, sendo permitida a reeleição para mandato consecutivo
- C. Tem um mandato de cinco anos, sendo permitida uma recondução
- D. Tem um mandato de cinco anos, sendo permitida a reeleição para mandato consecutivo

42) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Chefe do Executivo da RAEM, durante o seu mandato:

- A. Pode ter o direito de residência no estrangeiro, mas não pode exercer actividade lucrativa privada
- B. Não pode ter o direito de residência no estrangeiro, nem exercer actividade lucrativa privada.
- C. Pode ter o direito de residência no estrangeiro e pode exercer actividade lucrativa privada
- D. Não pode ter o direito de residência no estrangeiro, mas pode exercer actividade lucrativa privada

43) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», qual/quais das seguintes opções corresponde/correspondem às competências do Chefe do Executivo?

- A. Dirigir o Governo da RAEM
- B. Assinar e aprovar os projectos e propostas de lei
- C. Elaborar e mandar publicar e fazer cumprir as leis
- D. Todas as opções acima estão correctas

44) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», qual das seguintes opções constitui uma circunstância em que o Chefe do Executivo da RAEM pode dissolver a Assembleia Legislativa?

- A. Quando o Chefe do Executivo recusar a assinatura de um projecto de lei aprovado pela primeira vez pela Assembleia Legislativa
- B. Quando o Chefe do Executivo recusar a assinatura de um projecto de lei aprovado duas vezes pela Assembleia Legislativa
- C. Quando o Chefe do Executivo recusar a assinatura de um projecto de lei aprovado três vezes pela Assembleia Legislativa
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

45) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», das afirmações seguintes, em que circunstância o Chefe do Executivo da RAEM deve renunciar ao cargo:

- A. Quando ficar incapacitado para desempenhar as suas funções por motivo de doença grave ou por outras razões
- B. Quando tiver dissolvido a Assembleia Legislativa por recusar duas vezes a assinatura de um projecto de lei por ela aprovado
- C. Quando a Assembleia Legislativa recusar a aprovação da proposta de orçamento
- D. Quando a Assembleia Legislativa recusar a aprovação de propostas de lei que atinjam o interesse geral da RAEM

46) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», quando o Chefe do Executivo da RAEM estiver impedido de exercer as suas funções por um curto espaço de tempo, são estas funções interinamente exercidas por:

- A. Secretário
- B. Director
- C. Chefe de departamento
- D. Chefe de divisão

47) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Conselho Executivo da RAEM é:

- A. O órgão destinado a mandar o Chefe do Executivo tomar decisões
- B. O órgão destinado a substituir o Chefe do Executivo na tomada de decisões
- C. O órgão destinado a coadjuvar o Chefe do Executivo na tomada de decisões
- D. O órgão destinado a lutar contra as decisões tomadas pelo Chefe do Executivo

48) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os membros do Conselho Executivo da RAEM são designados de entre:

- A. Os titulares dos principais cargos do Governo
- B. Os deputados à Assembleia Legislativa
- C. As figuras públicas
- D. Todas as opções acima estão correctas

49) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Conselho Executivo da RAEM reúne-se pelo menos_____ por mês. Qual das respostas seguintes preenche correctamente o espaço em branco no texto?

- A. Uma vez
- B. Duas vezes
- C. Três vezes
- D. Quatro vezes

50) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Comissário contra a Corrupção responde perante:

- A. A Comissão de Disciplina Central do Partido Comunista
- B. A Suprema Procuradoria Popular
- C. O Governo Popular Central
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

51) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Comissário da Auditoria responde perante:

- A. O Presidente do Tribunal de Última Instância
- B. O Presidente da Assembleia Legislativa
- C. O Chefe do Executivo
- D. Todas as opções acima estão correctas

52) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Governo da RAEM é o _____ da RAEM. Qual das respostas seguintes preenche correctamente o espaço em branco no texto?

- A. Órgão judicial
- B. Órgão legislativo
- C. Órgão executivo
- D. Órgão executivo e legislativo

53) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Governo da RAEM dispõe, por ordem decrescente da hierarquia, na sua estrutura, de:

- A. Secretarias, Direcções de Serviços, Departamentos e Divisões
- B. Direcções de Serviços, Secretarias, Divisões e Departamentos
- C. Direcções de Serviços, Divisões, Secretarias e Departamentos
- D. Departamentos, Divisões, Secretarias e Direcções de Serviços

54) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os titulares dos principais cargos do Governo da RAEM devem ser:

- A. Indivíduos que tenham residido habitualmente em Macau pelo menos 15 anos consecutivos
- B. Residentes permanentes da RAEM
- C. Cidadãos chineses
- D. Indivíduos que preencham todos os requisitos acima citados

55) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», ao tomar posse, os titulares dos principais cargos da RAEM devem apresentar, perante o Presidente do Tribunal de Última Instância da Região:

- A. Declaração da sua moradia
- B. Declaração da sua nacionalidade
- C. Declaração do seu património
- D. Declaração de registo criminal

56) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», compete ao Governo da RAEM:

- A. Definir e aplicar políticas
- B. Gerir os diversos assuntos administrativos
- C. Apresentar propostas de lei e de resolução, e elaborar regulamentos administrativos
- D. Todas as opções acima estão correctas

57) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Governo da RAEM responde perante a Assembleia Legislativa da Região nos seguintes termos:

- A. Fazer cumprir as propostas de lei não aprovadas pela Assembleia Legislativa
- B. Apresentar ocasionalmente à Assembleia Legislativa relatórios respeitantes à execução das linhas de acção governativa
- C. Responder às interpelações dos deputados à Assembleia Legislativa
- D. As afirmações acima citadas estão todas incorrectas

58) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a Assembleia Legislativa da RAEM é:

- A. O órgão executivo e órgão legislativo da RAEM
- B. O órgão legislativo da RAEM
- C. O órgão legislativo e o órgão judicial da RAEM
- D. O órgão judicial e o órgão consultivo da RAEM

59) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os deputados à Assembleia Legislativa da RAEM devem ser:

- A. Residentes permanentes da Região
- B. Residentes não permanentes da Região
- C. Residentes de Macau
- D. Residentes de Macau e outras pessoas

60) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», excepto o que está previsto para a primeira legislatura, cada legislatura da Assembleia Legislativa da RAEM tem a duração de:

- A. Dois anos
- B. Três anos
- C. Quatro anos
- D. Cinco anos

61) Em caso de dissolução pelo Chefe do Executivo nos termos da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», qual é o prazo para constituir, nos termos da lei, a nova Assembleia Legislativa?

- A. 3 meses
- B. 90 dias
- C. 6 meses
- D. 180 dias

62) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», são competências da Assembleia Legislativa da RAEM:

- A. Fazer, alterar, suspender ou revogar leis de acordo com os procedimentos legais
- B. Examinar e aprovar a proposta de orçamento apresentada pelo Governo
- C. Debater questões de interesse público
- D. Todas as opções acima estão correctas

63) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Presidente e o Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da RAEM são:

- A. Eleitos por e de entre os titulares dos principais cargos
- B. Eleitos por e de entre os membros do Conselho Executivo
- C. Eleitos por e de entre os deputados à Assembleia Legislativa
- D. Eleitos por e de entre os magistrados judiciais

64) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Presidente e o Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da RAEM devem ser:

- A. Pessoas que tenham residido habitualmente em Macau pelo menos 15 anos consecutivos
- B. Residentes permanentes da RAEM
- C. Cidadãos chineses
- D. Aqueles que preencham todos os requisitos acima

65) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», na ausência do Presidente da Assembleia Legislativa da RAEM, este é substituído interinamente pelo:

- A. Chefe do Executivo
- B. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa
- C. Presidente do Tribunal de Última Instância
- D. Rotativamente pelos indivíduos citados

66) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», qual das seguintes respostas relativamente às competências exercidas pelo Presidente da Assembleia Legislativa da RAEM está correcta?

- A. Presidir às reuniões da Assembleia Legislativa
- B. Presidir às reuniões do Conselho Executivo
- C. Presidir às sessões das conferências do Tribunal
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

67) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», se os projectos de lei e de resolução apresentados pelos deputados à Assembleia Legislativa da RAEM envolverem a política do Governo, a sua apresentação deve obter:

- A. Prévio consentimento escrito do Presidente da Assembleia Legislativa
- B. Prévio consentimento escrito do Chefe do Executivo
- C. Prévio consentimento escrito do Presidente do Tribunal de Última Instância
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

68) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o quorum para funcionamento da Assembleia Legislativa da RAEM não pode ser inferior a :

- A. Um quarto do número total dos deputados
- B. Um terço do número total dos deputados
- C. Metade do número total dos deputados
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

69) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», as propostas ou projectos de lei aprovados pela Assembleia Legislativa da RAEM só entram em vigor depois de serem:

- A. Assinados pelo Chefe do Executivo
- B. Publicados
- C. Assinados ou publicados pelo Chefe do Executivo
- D. Assinados e publicados pelo Chefe do Executivo

70) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os deputados à Assembleia Legislativa da RAEM _____ pelas declarações e votos que emitirem nas reuniões da Assembleia Legislativa. Qual das respostas seguintes preenche correctamente o espaço em branco no texto?

- A. Não respondem judicialmente
- B. Consoante o caso, não respondem judicialmente
- C. Respondem judicialmente
- D. Consoante o caso, respondem judicialmente

71) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», nenhum deputado à Assembleia Legislativa da RAEM pode ser preso, salvo:

- A. Autorização do Chefe do Executivo
- B. Autorização da Assembleia Legislativa
- C. Flagrante delito
- D. Autorização da mesma Assembleia ou em caso de flagrante delito.

72) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», das seguintes opções, em que circunstância um deputado à Assembleia Legislativa perde o mandato, mediante deliberação desta.

- A. Incapacidade temporária para o desempenho das suas funções em virtude de doença comum
- B. Violação do juramento de deputado à Assembleia Legislativa
- C. Ausência em 5 sessões consecutivas, com anuência do Presidente da Assembleia Legislativa e motivo justificado
- D. Exercício de função em acumulação

73) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», compete aos tribunais da RAEM exercer:

- A. Poder executivo
- B. Poder legislativo
- C. Poder judicial
- D. Poderes legislativo e judicial

74) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os tribunais da RAEM exercem independentemente a função judicial, sendo livres de qualquer interferência e estando apenas sujeitos à:

- A. Lei
- B. Instruções do Chefe do Executivo
- C. Instruções do Presidente do Tribunal de Última Instância
- D. Instruções do Procurador

75) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», relativamente aos órgãos judiciais, a RAEM dispõe de:

- A. Tribunais de primeira instância
- B. Tribunal de Segunda Instância
- C. Tribunal de Última Instância
- D. Todas as opções acima estão correctas

76) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o poder de julgamento em última instância na Região compete ao/à _____ da RAEM. Qual das respostas seguintes preenche correctamente o espaço em branco no texto?

- A. Assembleia Legislativa
- B. Tribunal de Última Instância
- C. Conselho Executivo
- D. Ministério Público

77) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», em que tribunal/tribunais pode/podem constituir-se, se necessário, tribunais de competência especializada?

- A. Tribunal de Última Instância
- B. Tribunal de Segunda Instância
- C. Tribunais de primeira instância
- D. Em todos os acima citados

78) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a RAEM dispõe de um Tribunal Administrativo que tem jurisdição sobre:

- A. As acções administrativas e fiscais
- B. As acções administrativas e civis
- C. As acções fiscais e criminais
- D. As acções civis e criminais

79) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», das decisões do Tribunal Administrativo:

- A. Cabe recurso para o Tribunal de Segunda Instância e o Tribunal de Última Instância
- B. Cabe recurso para o Tribunal de Última Instância
- C. Cabe recurso para o Tribunal de Segunda Instância
- D. Cabe recurso para os tribunais de primeira instância

80) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os juízes dos tribunais das diferentes instâncias da RAEM são nomeados pelo:

- A. Presidente do Tribunal de Última Instância
- B. Procurador do Ministério Público
- C. Presidente da Assembleia Legislativa
- D. Chefe do Executivo

81) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os Presidentes dos tribunais das diferentes instâncias da RAEM são nomeados de entre _____ pelo Chefe do Executivo. Qual das respostas seguintes preenche correctamente o espaço em branco no texto?

- A. Deputados à Assembleia Legislativa
- B. Juízes
- C. Personalidades sociais
- D. Membros do Conselho Executivo

82) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os juízes da RAEM exercem o poder judicial nos termos da lei, e não estão sujeitos a quaisquer ordens ou instruções. Qual dos seguintes casos constitui excepção ao estabelecido na Lei ?

- A. Ordem pública na RAEM
- B. Defesa nacional
- C. Relações externas
- D. Actos do Estado, tais como os relativos à defesa nacional e às relações externas

83) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», pelos actos praticados no exercício das funções judiciais, os juízes da RAEM:

- A. Não respondem judicialmente
- B. Respondem judicialmente
- C. Apenas respondem civilmente
- D. Apenas respondem criminalmente

84) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Ministério Público da RAEM desempenha com independência as_____ atribuídas por lei. Qual das respostas seguintes preenche correctamente o espaço em branco no texto?

- A. Funções legislativas
- B. Funções judiciais
- C. Funções jurisdicionais
- D. Todas as opções acima estão correctas

85) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Procurador da RAEM é nomeado pelo:

- A. Presidente do Tribunal de Última Instância
- B. Presidente da Assembleia Legislativa
- C. Chefe do Executivo
- D. Governo Popular Central

86) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os delegados do Procurador são nomeados pelo:

- A. Governo Popular Central
- B. Chefe do Executivo
- C. Presidente da Assembleia Legislativa
- D. Procurador

87) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a RAEM pode manter com órgãos judiciais de outras parte do País, mediante consultas e nos termos da lei:

- A. Relações legislativas
- B. Relações executivas
- C. Relações jurídicas e pode participar na prestação de assistência mútua
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

88) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», com qual dos seguintes órgãos, com o seu apoio e autorização, a RAEM pode desenvolver as diligências adequadas à obtenção de assistência jurídica com outros países, em regime de reciprocidade?

- A. Governo Popular Central
- B. Assembleia Popular Nacional
- C. Comissão de Redacção da Lei Básica da RAEM
- D. Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional

89) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», de que tipo de órgãos municipais a RAEM pode dispor?

- A. Órgãos com poder político
- B. Órgãos sem poder político
- C. Órgãos provisórios
- D. Órgãos autónomos

90) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», em que domínios os órgãos municipais são incumbidos pelo Governo de servir a população?

- A. Cultura
- B. Recreio
- C. Salubridade pública
- D. Todas as opções acima estão correctas

91) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a competência e a constituição dos órgãos municipais são:

- A. Reguladas por regulamento administrativo
- B. Reguladas por despacho
- C. Reguladas por lei
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

92) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», salvas as excepções previstas na lei, os funcionários e agentes públicos da RAEM devem ser:

- A. Residentes da Região
- B. Residentes permanentes da Região
- C. Residentes não permanentes da Região
- D. Outras pessoas da Região

93) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», qual/quais dos seguintes indivíduos deve/devem prestar juramento nos termos da lei e ser fiel/fiéis à RAEM da RPC?

- A. O Chefe do Executivo
- B. Os deputados à Assembleia Legislativa
- C. Os magistrados judiciais e os magistrados do Ministério Público
- D. Todas as opções acima estão correctas

94) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a RAEM protege, em conformidade com a lei:

- A. O direito das pessoas singulares à aquisição da propriedade
- B. O direito das pessoas colectivas à aquisição da propriedade
- C. O direito das pessoas singulares e colectivas à aquisição da propriedade
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

95) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», relativamente às finanças, a RAEM mantém:

- A. Finanças independentes
- B. Finanças que não são independentes
- C. Finanças independentes ou não independentes consoante o caso.
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

96) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», as receitas financeiras da RAEM :

- A. São totalmente entregues ao Governo Popular Central
- B. São entregues, na proporção de metade, ao Governo Popular Central
- C. São entregues, numa pequena proporção, ao Governo Popular Central
- D. Não são entregues ao Governo Popular Central

97) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», na elaboração do orçamento, a RAEM segue o princípio de:

- A. Procurar alcançar o desequilíbrio entre as receitas e as despesas
- B. Manutenção das despesas dentro dos limites das receitas
- C. Procurar alcançar o deficit
- D. Desarticulação com a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto da Região

98) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a RAEM aplica:

- A. Sistema fiscal independente
- B. Sistema fiscal de carácter semi-independente
- C. Sistema fiscal independente ou sistema fiscal semi-independente, consoante o caso
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

99) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os sistemas monetário e financeiro da RAEM são:

- A. Definidos por regulamento administrativo
- B. Definidos por despacho
- C. Definidos por lei
- D. Definidos por regulamento administrativo e despacho

100) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a Pataca de Macau é:

- A. A moeda com curso legal na RAEM e continua em circulação
- B. A moeda acordada na RAEM, e pode continuar em circulação
- C. A moeda com curso legal na RAEM, e não continua em circulação
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

101) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a autoridade para a emissão da moeda de Macau é atribuída ao(s)/à:

- A. Governo Popular Central
- B. Governo da RAEM
- C. Assembleia Popular Nacional
- D. Bancos na RAEM

102) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», na RAEM não se aplica:

- A. A política de controle cambial
- B. A política de liberdade cambial
- C. A política de livre entrada e saída de capitais
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

103) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a RAEM mantém-se como porto franco e:

- A. Não cobra quaisquer direitos alfandegários
- B. Cobra direitos alfandegários
- C. Não cobra quaisquer direitos alfandegários, salvo nos casos previstos na lei
- D. Cobra direitos alfandegários, salvo nos casos previstos na lei

104) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a RAEM segue a política de comércio livre e garante:

- A. O livre fluxo de produtos
- B. O livre fluxo de bens incorpóreos
- C. O livre fluxo de capitais
- D. Todas as opções acima estão correctas

105) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a RAEM é um território aduaneiro separado, e pode participar em organizações internacionais e em acordos comerciais internacionais, usando a denominação de :

- A. República Popular da China
- B. Região Administrativa Especial de Macau
- C. Macau, China
- D. China, Macau

106) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a RAEM, nos termos das regras de origem prevalecentes, pode emitir para os seus produtos:

- A. Certificados de reparação
- B. Certificados de origem
- C. Certificados de transformação
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

107) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», no que respeita às políticas laborais, a organização de concertação de carácter consultivo na RAEM é constituída por representantes:

- A. Do Governo
- B. Das associações patronais
- C. Das associações de trabalhadores
- D. Todas as opções acima estão correctas

108) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a entrada de navios de guerra estrangeiros necessita de autorização especial de qual dos seguintes órgãos?

- A. Chefe do Executivo
- B. Assembleia Legislativa
- C. Governo Popular Central
- D. Assembleia Popular Nacional

109) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a RAEM pode definir, por si própria, os vários sistemas de gestão da aviação civil, desde que:

- A. Seja autorizada especificamente pelo Governo Popular Central
- B. Seja autorizada especificamente pelo Chefe do Executivo
- C. Seja autorizada especificamente pela Assembleia Legislativa
- D. Seja autorizada especificamente pelo Tribunal de Última Instância

110) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a RAEM reconhece e protege, em conformidade com a lei, _____, os contratos que foram celebrados ou aprovados antes do estabelecimento da RAEM e se prolonguem para além de 19 de Dezembro de 1999. Qual das respostas seguintes preenche correctamente o espaço em branco no texto?

- A. Os contratos de concessão de terras legais
- B. Quaisquer contratos de concessão de terras
- C. Os direitos decorrentes dos contratos de concessão de terras
- D. Os contratos de concessão de terras legais e os direitos deles decorrentes

111) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a RAEM promove o ensino obrigatório nos termos da lei, e as associações sociais e os particulares:

- A. Não podem promover diversas iniciativas no âmbito da educação
- B. Podem promover diversas iniciativas no âmbito da educação
- C. Podem promover, nos termos da lei, diversas iniciativas no âmbito da educação
- D. As afirmações citadas estão todas incorrectas

112) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», as escolas de diversos tipos da RAEM têm autonomia na sua administração e nos termos da lei:

- A. Gozam da liberdade de ensino
- B. Gozam da liberdade académica
- C. Não gozam da liberdade de ensino e da liberdade académica
- D. Gozam da liberdade de ensino e da liberdade académica

113) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», quanto à cultura e assuntos sociais, o Governo da RAEM define, por si próprio:

- A. A política respeitante à promoção dos serviços de medicina e saúde e ao desenvolvimento da medicina e farmacologia chinesas e ocidentais
- B. A política relativa às ciências e à tecnologia
- C. A política cultural
- D. Todas as opções acima estão correctas

114) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», no que respeita à política cultural, O Governo da RAEM protege, nos termos da lei:

- A. Pontos de interesse turístico
- B. Locais de interesse histórico e demais património cultural e histórico
- C. Legítimos direitos e interesses dos proprietários de património cultural
- D. Todas as opções acima estão correctas

115) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», de acordo com o princípio da liberdade de crença religiosa, o Governo da RAEM:

- A. Não interfere em qualquer assunto das organizações religiosas
- B. Interfere na manutenção e no desenvolvimento de relações das organizações religiosas com os crentes de fora da Região de Macau
- C. Não impõe restrições às actividades religiosas que contrariem as leis da RAEM
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

116) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Governo da RAEM determina, por si próprio, o sistema relativo às profissões e define os regulamentos respeitantes à avaliação e à atribuição de qualificação profissional nas várias profissões e de qualificação para o seu exercício, com base no:

- A. Princípio da imparcialidade
- B. Princípio da razoabilidade
- C. Princípio da imparcialidade e da razoabilidade
- D. Princípio da imparcialidade e da publicidade

117) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», com base no anterior sistema de benefícios sociais, o Governo da RAEM define, por si próprio, a política de benefícios sociais de acordo com:

- A. As condições económicas e as necessidades da sociedade
- B. Número de terrenos a conceder
- C. Saldo positivo das receitas dos jogos
- D. Situação política internacional

118) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», representantes do Governo da RAEM podem participar, como membros de delegações governamentais da RPC, em _____ conduzidos/conduzidas pelo Governo Popular Central que estejam directamente relacionadas com a RAEM. Qual das respostas seguintes preenche correctamente o espaço em branco no texto?

- A. Assuntos da gestão administrativa
- B. Negociações diplomáticas
- C. Assuntos legislativos
- D. Assuntos judiciais

119) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a RAEM pode participar, com a denominação de «Macau, China», nas organizações e conferências internacionais não limitadas aos:

- A. Estados
- B. Províncias
- C. Municípios com subordinação directa
- D. Zonas económicas especiais

120) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Governo Popular Central autoriza o Governo da RAEM a emitir, em conformidade com a lei, _____, aos cidadãos chineses titulares do Bilhete de Identidade de Residente Permanente da RAEM. Qual das respostas seguintes preenche correctamente o espaço em branco no texto?

- A. Passaportes da RPC
- B. Passaportes da RAEM
- C. Outros documentos de viagem
- D. Passaportes da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China

121) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a RAEM pode estabelecer, conforme as necessidades, missões económicas e comerciais oficiais ou semi-oficiais em países estrangeiros, comunicando o seu estabelecimento ao/à:

- A. Assembleia Popular Nacional para efeitos de registo
- B. Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional para efeitos de registo
- C. Governo Popular Central para efeitos de registo
- D. Supremo Tribunal Popular da China para efeitos de registo

122) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os postos consulares e outras missões oficiais dos países que têm relações diplomáticas com a República Popular da China:

- A. Podem manter-se
- B. Não podem manter-se
- C. Podem manter-se consoante os casos
- D. Não podem manter-se consoante os casos

123) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os postos consulares e outras missões oficiais em Macau dos países que não têm relações diplomáticas com a República Popular da China, de acordo com as circunstâncias de cada caso:

- A. Não podem manter-se
- B. Podem manter-se
- C. Podem ser convertidos em missões semi-oficiais
- D. Podem manter-se ou ser convertidos em semi-oficiais

124) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os países não reconhecidos pela República Popular da China podem apenas estabelecer, na RAEM,:

- A. Instituições oficiais
- B. Instituições semi-oficiais
- C. Instituições oficiais ou instituições semi-oficiais
- D. Instituições não governamentais

125) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o poder de interpretação e de revisão da «Lei Básica da RAEM» pertence, respectivamente, à/ao:

- A. Assembleia Popular Nacional e Governo Popular Central
- B. Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional e Assembleia Popular Nacional
- C. Assembleia Popular Nacional e Comissão da Redacção da Lei Básica da RAEM
- D. Governo Popular Central e Comissão de Redacção da Lei Básica da RAEM

Respostas

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China		
Perguntas	Respostas	Legislação
1	C	“Decisão da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China relativa à «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC» ” aprovada pelo Decreto do Presidente da República Popular da China (No. 3) de 31 de Março de 1993 e pela Primeira Sessão da Oitava Legislatura da Assembleia Popular Nacional no dia 31 de Março de 1993
2	C	Preâmbulo da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
3	D	Artigo 1.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
4	B	Artigo 2.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
5	D	Artigo 2.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
6	B	Artigo 3.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
7	A	Artigo 4.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
8	D	Artigo 5.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
9	D	Artigo 7.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
10	D	Artigo 9.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
11	B	N.º 2 do Artigo 10.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC»
12	C	Artigo 12.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
13	B	N.º 1 do artigo 13.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
14	D	N.º 1 do artigo 14.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»

Respostas

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China		
Perguntas	Respostas	Legislação
15	D	Artigo 15.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
16	D	N.º 2 do artigo 17.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
17	A	N.º 3 do artigo 17.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
18	D	N.º 2 do artigo 18.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China», Anexo III
19	C	Artigo 23.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
20	C	N.º 1 do artigo 24.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
21	D	Alínea 1) do n.º 2 do artigo 24.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
22	D	N.º 3 do artigo 24.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
23	C	N.º 4 do artigo 24.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
24	A	Artigo 25.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
25	D	Artigo 26.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
26	D	Artigo 27.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
27	B	N.º 2 do artigo 28.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
28	C	N.º 2 do artigo 29.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
29	D	N.º 1 do artigo 30.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
30	C	Artigo 31.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»

Respostas

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China		
Perguntas	Respostas	Legislação
31	B	Artigo 32.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
32	A	Artigo 33.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
33	D	N.º 2 do artigo 34.º, artigo 35.º e artigo 37.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
34	A	N.º 1 do artigo 36.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
35	D	N.º 1 do artigo 38.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
36	C	N.º 1 do artigo 40.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
37	D	Artigos 43.º e 44.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
38	C	N.º 1 do artigo 45.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
39	A	Artigo 46.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
40	C	N.º 1 do artigo 47.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
41	C	Artigo 48.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
42	B	Artigo 49.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
43	A	Alínea 1) do artigo 50.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
44	B	Alínea 1) do n.º 1 do artigo 52.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
45	A	Alínea 1) do artigo 54.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»

Respostas

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China		
Perguntas	Respostas	Legislação
46	A	N.º 1 do artigo 55.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
47	C	Artigo 56.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
48	D	N.º 1 do artigo 57.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
49	A	N.º 1 do artigo 58.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
50	D	Artigo 59.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
51	C	Artigo 60.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
52	C	Artigo 61.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
53	A	Artigo 62.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
54	D	N.º 1 do artigo 63.º «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
55	C	N.º 2 do artigo 63.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
56	D	Artigo 64.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
57	C	Artigo 65.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
58	B	Artigo 67.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
59	A	N.º 1 do artigo 68.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
60	C	Artigo 69.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
61	B	Artigo 70.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»

Respostas

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China		
Perguntas	Respostas	Legislação
62	D	Alíneas 1), 2) e 5) do n.º 1 do artigo 71.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
63	C	N.º 1 do artigo 72.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
64	D	N.º 2 do artigo 72.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
65	B	N.º 1 do artigo 73.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
66	A	Alínea 1) do Artigo 74.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
67	B	Artigo 75.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
68	C	N.º 1 do artigo 77.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
69	D	Artigo 78.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
70	A	Artigo 79.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
71	D	Artigo 80.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
72	B	Alínea 4) do artigo 81.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
73	C	Artigo 82.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
74	A	Artigo 83.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
75	D	N.º 1 do artigo 84.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
76	B	N.º 2 do artigo 84.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»

Respostas

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China		
Perguntas	Respostas	Legislação
77	C	Artigo 85.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
78	A	Artigo 86.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
79	C	Última parte do artigo 86.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
80	D	N.º 1 do artigo 87.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
81	B	N.º 1 do artigo 88.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
82	D	N.º 3 do artigo 19.º e n.º 1 do artigo 89.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
83	A	N.º 2 do artigo 89.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
84	C	N.º 1 do artigo 90.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
85	D	N.º 2 do artigo 90.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
86	B	N.º 3 do artigo 90.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
87	C	Artigo 93.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
88	A	Artigo 94.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
89	B	Artigo 95.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
90	D	Artigo 95.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
91	C	Artigo 96.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
92	B	Artigo 97.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»

Respostas

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China		
Perguntas	Respostas	Legislação
93	D	Artigo 101.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
94	C	N.º 1 do artigo 103.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
95	A	N.º 1 do artigo 104.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
96	D	N.º 2 do artigo 104.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
97	B	Artigo 105.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
98	A	N.º 1 do artigo 106.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
99	C	N.º 1 do artigo 107.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
100	A	N.º 1 do artigo 108.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
101	B	N.º 2 do artigo 108.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
102	A	N.º 1 do artigo 109.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
103	C	Artigo 110.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
104	D	Artigo 111.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»

Respostas

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China		
Perguntas	Respostas	Legislação
105	C	N.º 2 do artigo 112.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
106	B	Artigo 113.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
107	D	N.º 2 do artigo 115.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
108	C	N.º 3 do artigo 116.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
109	A	Artigo 117.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
110	D	N.º 1 do artigo 120.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
111	C	N.º 3 do artigo 121.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
112	D	N.º 1 do artigo 122.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
113	D	Artigo 123.º, n.º 1 do artigo 124.º e n.º 1 do artigo 125.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
114	D	N.º 3 do artigo 125.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
115	D	N.º 1 do artigo 128.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
116	C	N.º 1 do artigo 129.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»

Respostas

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China		
Perguntas	Respostas	Legislação
117	A	Artigo 130.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
118	B	Artigo 135.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
119	A	N.º 2 do artigo 137.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
120	D	N.º 1 do artigo 139.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
121	C	Artigo 141.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
122	A	N.º 2 do artigo 142.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
123	D	N.º 3 do artigo 142.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
124	D	N.º 4 do artigo 142.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
125	B	N.º 1 do artigo 143.º e N.º 1 do artigo 144.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»

- 1) **Na RAEM, a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» foi decretada, para valer como lei, pelo/pela/pelos:**
- A. Chefe do Executivo
 - B. Assembleia Legislativa
 - C. Tribunais
 - D. Todas as opções acima estão incorrectas
- 2) **De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, na RAEM, o Governo da RAEM é o:**
- A. Órgão executivo e o órgão legislativo
 - B. Órgão executivo e o órgão judicial
 - C. Órgão legislativo e o órgão judicial
 - D. Órgão executivo
- 3) **De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, o Chefe do Executivo da RAEM é o dirigente máximo do Governo, competindo-lhe dirigir o/a:**
- A. Governo
 - B. Tribunal
 - C. Assembleia Legislativa
 - D. Todas as opções acima estão correctas

- 4) **De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, em termos de estrutura, o Governo da RAEM dispõe, por ordem decrescente de hierarquia, das seguintes unidades orgânicas:**
- A. Secretarias, Direcções de Serviços, Divisões, Departamentos
 - B. Direcções de Serviços, Departamentos, Secções, Sectores
 - C. Departamentos, Divisões, Sectores, Secções
 - D. Secretarias, Direcções de Serviços, Departamentos e Divisões
- 5) **De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, qual dos seguintes não é titular de principal cargo do Governo da RAEM?**
- A. Secretário
 - B. Comissário contra a Corrupção
 - C. Deputado à Assembleia Legislativa
 - D. Director-geral dos Serviços de Alfândega

6) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, a ordem de precedência das Secretarias do Governo da RAEM é uma das seguintes:

- A. Secretaria para a Administração e Justiça, Secretaria para a Segurança, Secretaria para a Economia e Finanças, Secretaria para os Transportes e Obras Públicas e Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura
- B. Secretaria para a Economia e Finanças, Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura, Secretaria para a Segurança, Secretaria para a Administração e Justiça, e Secretaria para os Transportes e Obras Públicas
- C. Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura, Secretaria para os Transportes e Obras Públicas, Secretaria para a Administração e Justiça, Secretaria para a Economia e Finanças, Secretaria para a Segurança
- D. Secretaria para a Administração e Justiça, Secretaria para a Economia e Finanças, Secretaria para a Segurança, Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura, Secretaria para os Transportes e Obras Públicas

7) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, cada Secretaria dispõe de quantos secretário(s) para a dirigir?

- A. Um
- B. Dois
- C. Um ou dois, consoante as circunstâncias do caso concreto
- D. Todas as opções acima estão correctas

- 8) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, qual/quais dos seguintes órgãos criados na RAEM funciona/m como órgão/s independente/s ?
- A. Serviços de polícia unitários, responsáveis pela segurança pública
 - B. Serviços de Alfândega da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China
 - C. Comissariado contra a Corrupção e Comissariado de Auditoria
 - D. Todas as opções acima estão correctas
- 9) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, o Chefe do Executivo deve ser cidadão chinês com pelo menos 40 anos de idade, que seja residente permanente da RAEM e tenha residido habitualmente em Macau pelo menos um determinado número de anos consecutivos. Indique quantos.
- A. 50
 - B. 40
 - C. 30
 - D. 20
- 10) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, o Chefe do Executivo da RAEM é nomeado pelo:
- A. Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional
 - B. Assembleia Popular Nacional
 - C. Governo Popular Central
 - D. Todas as opções acima estão incorrectas

11) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, o Chefe do Executivo da RAEM é responsável, nos termos da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau», perante:

- A. O Governo Popular Central
- B. A Assembleia Popular Nacional
- C. A Região Administrativa Especial de Macau
- D. O Governo Popular Central e a Região Administrativa Especial de Macau

12) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, o Chefe do Executivo não pode ter o direito de residência no estrangeiro durante o seu mandato:

- A. Mas pode exercer actividade lucrativa privada
- B. Mas pode exercer actividade lucrativa privada de acordo com cada caso em concreto
- C. Nem exercer actividade lucrativa privada
- D. Nem exercer actividade lucrativa privada, consoante o caso

13) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, os titulares dos principais cargos da RAEM devem ter residido habitualmente em Macau pelo menos quinze anos consecutivos e devem ser:

- A. Residentes de Macau
- B. Cidadãos chineses de entre os residentes permanentes da RAEM
- C. Cidadãos chineses
- D. Cidadãos estrangeiros

14) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, os titulares dos principais cargos são nomeados sob proposta do/da:

- A. Chefe do Executivo
- B. Assembleia Legislativa
- C. Tribunal de Última Instância
- D. Governo Popular Central

15) Os titulares dos principais cargos respondem perante o:

- A. Governo Popular Central
- B. Assembleia Popular Nacional
- C. Região Administrativa Especial de Macau
- D. Chefe do Executivo

16) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, qual das seguintes afirmações está incorrecta?

- A. As funções do Chefe do Executivo e dos titulares dos principais cargos iniciam-se com a sua posse
- B. As funções do Chefe do Executivo cessam durante a sua ausência, por motivo de férias
- C. Em caso da renúncia ao cargo do Chefe do Executivo, os titulares dos principais cargos mantêm o seu cargo até à tomada de posse dos novos titulares desses cargos
- D. As funções do Chefe do Executivo cessam com a confirmação do termo do seu mandato

17) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, o Chefe do Executivo e os titulares dos principais cargos, ao tomar posse, devem, nos termos da lei:

- A. Prestar juramento e apresentar declaração de património
- B. Prestar juramento
- C. Apresentar declaração de património
- D. Apresentar declaração da condição de saúde

18) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, quando o Chefe do Executivo estiver impedido de exercer as suas funções por um curto espaço de tempo, segundo a ordem de precedência legal das secretarias, qual é a secretaria cujo secretário irá exercer as suas funções interinamente?

- A. Secretaria para a Segurança
- B. Secretaria para os Transportes e Obras Públicas
- C. Secretaria para a Administração e Justiça
- D. Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura

19) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, em caso de vacatura do cargo de Chefe do Executivo, no prazo de quantos dias deve ser escolhido o novo Chefe do Executivo, nos termos da «Lei Básica»?

- A. 100 dias
- B. 120 dias
- C. 200 dias
- D. 220 dias

20) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, o Chefe do Executivo substituto, durante o seu mandato:

- A. Não pode ter o direito de residência no estrangeiro
- B. Não pode exercer actividade lucrativa privada
- C. Não pode ter o direito de residência no estrangeiro, mas pode exercer actividade lucrativa privada
- D. Não pode ter o direito de residência no estrangeiro, nem exercer actividade lucrativa privada

21) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, o Governo responde perante a Assembleia Legislativa relativamente ao seguinte:

- A. Garantir o cumprimento das leis que não estão vigentes e por ela aprovadas
- B. Relatar as linhas de acção governativa pelo menos uma vez por ano
- C. Apresentar ao tribunal a proposta de orçamento e relatar ao tribunal o grau de execução do orçamento
- D. Responder facultativamente às interpelações dos deputados

22) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, perante a Assembleia Legislativa, cabe ao Chefe do Executivo fazer a leitura das :

- A. Ideias de acção governativa
- B. Orientações de acção governativa
- C. Linhas de acção governativa
- D. Medidas de acção governativa

23) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, o Conselho

Executivo na tomada de decisões coadjuva o/a:

- A. Chefe do Executivo
- B. Assembleia Legislativa
- C. Tribunal de Última Instância
- D. Todas as opções acima estão correctas

24) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, o Governo

pode criar os organismos consultivos que se revelem necessários, salvo disposição legal em contrário, sendo os pareceres destes organismos consultivos :

- A. Vinculativos
- B. Não vinculativos
- C. Com força obrigatória geral
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

Respostas

Lei n.º 2/1999 (Lei de Bases da Orgânica do Governo)		
Perguntas	Respostas	Legislação
1	B	Na parte inicial da Lei n.º 2/1999
2	D	Artigo 1.º da Lei n.º 2/1999
3	A	Artigo 2.º Lei n.º 2/1999
4	D	Artigo 3.º da Lei n.º 2/1999)
5	C	Artigo 4.º da Lei n.º 2/1999
6	D	N.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 2/1999
7	A	N.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 2/1999
8	C	N.º 1 e n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 2/1999
9	D	N.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/1999
10	C	N.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 2/1999
11	D	N.º 3 do artigo 7.º da Lei n.º 2/1999
12	C	N.º 4 do artigo 7.º da Lei n.º 2/1999
13	B	N.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 2/1999
14	A	N.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 2/1999
15	D	N.º 3 do artigo 8.º da Lei n.º 2/1999
16	B	Artigo 9.º da Lei n.º 2/1999
17	A	Artigo 10.º da Lei n.º 2/1999
18	C	N.º 1 do artigo 5.º e n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 2/1999
19	B	N.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 2/1999
20	D	N.º 4 do artigo 12.º da Lei n.º 2/1999
21	B	Artigo 13.º da Lei n.º 2/1999
22	C	N.º 2 do artigo 14.º da Lei n.º 2/1999
23	A	N.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 2/1999
24	B	N.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 2/1999)

1) Nos termos do Regulamento administrativo em vigor, relativo à Organização, Competências e Funcionamento dos Serviços e Entidades Públicas, em que áreas da governação exerce competências o Secretário para a Administração e Justiça?

- A. Administração pública e assuntos municipais
- B. Finanças e orçamento e formação profissional
- C. Acção social e educação
- D. Transportes e comunicações e habitação económica e social

2) Nos termos do Regulamento administrativo em vigor, relativo à Organização, Competências e Funcionamento dos Serviços e Entidades Públicas, em que áreas da governação exerce competências o Secretário para a Administração e Justiça?

- A. Investigação criminal e segurança pública interna da Região Administrativa Especial de Macau
- B. Finanças e orçamento
- C. Produção do Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau e identificação civil e criminal
- D. Todas as acima referidas

3) Nos termos do Regulamento administrativo em vigor, relativo à Organização, Competências e Funcionamento dos Serviços e Entidades Públicas, em que áreas da governação exerce competências o Secretário para a Economia e Finanças?

- A. Regulação dos transportes, aeronaves e actividades portuárias e protecção do ambiente
- B. Fiscalização do tráfego marítimo e das respectivas regras disciplinadoras e protecção civil
- C. Sistema monetário, cambial e financeiro, incluindo a actividade seguradora
- D. Todas as acima referidas

4) Nos termos do Regulamento administrativo em vigor, relativo à Organização, Competências e Funcionamento dos Serviços e Entidades Públicas, em que áreas da governação exerce competências o Secretário para a Economia e Finanças?

- A. Controlos de imigração, protecção civil, coordenação e gestão do sistema prisional
- B. Cultura, turismo e reinserção social
- C. Ordenamento físico do território, infra-estruturas e obras públicas e meteorologia
- D. Administração financeira pública e sistema fiscal, produção estatística e defesa do consumidor

5) Nos termos do Regulamento administrativo em vigor, relativo à Organização, Competências e Funcionamento dos Serviços e Entidades Públicas, em que áreas da governação exerce competências o Secretário para a Segurança?

- A. Assuntos municipais e identificação civil e criminal
- B. Segurança pública interna da Região Administrativa Especial de Macau e investigação criminal
- C. Sectores da indústria, comércio, inspecção de jogos, e a vertente *offshore*
- D. Acção social e turismo

6) Nos termos do Regulamento administrativo em vigor, relativo à Organização, Competências e Funcionamento dos Serviços e Entidades Públicas, em que áreas da governação exerce competências o Secretário para a Segurança?

- A. Juventude e reinserção social
- B. Defesa do consumidor e trabalho e emprego
- C. Actividades do Instituto de Menores no âmbito definido pela Lei n.º 2/2007 (Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores)
- D. Regulação dos transportes, aeronaves e actividades portuárias

7) Nos termos do Regulamento administrativo relativo à Organização, Competências e Funcionamento dos Serviços e Entidades Públicas, em que áreas da governação exerce competências o Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura?

- A. Saúde, desporto e indústrias culturais
- B. Trabalho e emprego, formação profissional e defesa do consumidor
- C. Controlos de imigração, protecção civil e investigação criminal
- D. Infra-estruturas e obras públicas, protecção do ambiente e meteorologia

8) Nos termos do Regulamento administrativo em vigor, relativo à Organização, Competências e Funcionamento dos Serviços e Entidades Públicas, em que áreas da governação exerce competências o Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura?

- A. Produção estatística, formação profissional, trabalho e emprego
- B. Juventude, segurança social e reinserção social
- C. Transportes e comunicações, protecção do ambiente e meteorologia
- D. Administração pública, assuntos municipais, tradução e divulgação jurídicas

9) Nos termos do Regulamento administrativo em vigor, relativo à Organização, Competências e Funcionamento dos Serviços e Entidades Públicas, em que áreas da governação exerce competências o Secretário para os Transportes e Obras Públicas?

- A. Sistema monetário, cambial e financeiro, incluindo a actividade seguradora
- B. Controlos de imigração, protecção civil, fiscalização do tráfego marítimo e das respectivas regras disciplinadoras
- C. Saúde, turismo e indústrias culturais
- D. Ordenamento físico do território, infra-estruturas e obras públicas e meteorologia

10) Nos termos do Regulamento administrativo em vigor, relativo à Organização, Competências e Funcionamento dos Serviços e Entidades Públicas, em que áreas da governação exerce competências o Secretário para os Transportes e Obras Públicas?

- A. Administração pública, assuntos municipais e produção do Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau
- B. Finanças e orçamento, produção estatística, trabalho e emprego
- C. Transportes e comunicações, protecção do ambiente, habitação económica e social
- D. Investigação criminal, controlos de imigração, protecção civil

Respostas

Regulamento administrativo n.º 6/1999 (Organização, competências e funcionamento dos serviços e entidades públicos)		
Perguntas	Respostas	Legislação
1	A	Alíneas 1) e 2) do n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento Administrativo n.º 6/1999
2	C	Alíneas 7) e 5) do n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento Administrativo n.º 6/1999
3	C	Alínea 3) do n.º 1 do artigo 3.º do Regulamento Administrativo n.º 6/1999
4	D	Alíneas 4), 5) e 8) do n.º 1 do artigo 3.º do Regulamento Administrativo n.º 6/1999
5	B	Alíneas 1) e 2) do n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento Administrativo n.º 6/1999
6	C	Alínea 8) do n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento Administrativo n.º 6/1999
7	A	Alíneas 2), 6) e 9) do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento Administrativo n.º 6/1999
8	B	Alíneas 7), 8) e 10) do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento Administrativo n.º 6/1999
9	D	Alíneas 1), 3) e 7) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento Administrativo n.º 6/1999
10	C	Alíneas 4) a 6) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento Administrativo n.º 6/1999

- 1) **As principais inovações introduzidas no Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 57/99/M compreendem, entre outras, o:**
- A. princípio da boa fé
 - B. princípio da autonomia da vontade
 - C. poder público absoluto
 - D. todas as opções acima
- 2) **Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, “A sucessão ordenada de actos e formalidades tendentes à formação e manifestação da vontade da Administração Pública, ou à sua execução” é a definição de:**
- A. acto administrativo
 - B. processo administrativo
 - C. procedimento administrativo
 - D. contrato administrativo

3) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, entende-se por processo administrativo:

- A. a sucessão ordenada de actos e formalidades tendentes à formação e manifestação da vontade da Administração Pública, ou à sua execução
- B. o conjunto de documentos em que se traduzem os actos e formalidades que integram o procedimento administrativo
- C. as decisões dos órgãos da Administração que ao abrigo de normas de direito público visem produzir efeitos jurídicos numa situação individual e concreta.
- D. o acordo de vontades pelo qual é constituída, modificada ou extinta uma relação jurídica administrativa

4) As disposições do Código do Procedimento Administrativo em vigor, aplicam-se:

- A. a todos os órgãos da Administração Pública que, no desempenho da actividade administrativa de gestão pública, estabeleçam relações com os particulares
- B. aos actos em matéria administrativa praticados pelos órgãos do Território que, embora não integrados na Administração Pública, desenvolvam funções materialmente administrativas
- C. aos actos praticados por entidades concessionárias no exercício de poderes de autoridade
- D. todas as opções acima

5) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, o princípio da legalidade preconiza que:

- A. compete aos órgãos administrativos prosseguir o interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos residentes
- B. as línguas oficiais de Macau serão utilizadas pelos órgãos da Administração Pública, no exercício da sua actividade
- C. os órgãos da Administração Pública devem actuar em obediência à lei e ao direito, dentro dos limites dos poderes que lhes estejam atribuídos e em conformidade com os fins para que os mesmos poderes lhes forem conferidos
- D. a Administração Pública deve, no exercício da sua actividade, tratar de forma justa e imparcial todos os que com ela entrem em relação

6) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, os órgãos administrativos, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos residentes, prosseguem:

- A. o interesse administrativo
- B. o interesse público
- C. o interesse particular
- D. o interesse de associações

- 7) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, a Administração Pública, nas suas relações com os particulares, não pode privilegiar, beneficiar, prejudicar, privar de qualquer direito ou isentar de qualquer dever nenhum administrado em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social. Que princípio é este?**
- A. o princípio da igualdade
 - B. o princípio da proporcionalidade
 - C. o princípio da boa fé
 - D. o princípio da publicidade
- 8) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, face aos objectivos a realizar, em que termos pode a Administração afectar os direitos subjectivos ou interesses legalmente protegidos dos particulares quando as suas decisões colidem com essas posições?**
- A. em termos justos e iguais
 - B. em termos legais
 - C. em termos da boa fé
 - D. em termos adequados e proporcionais

- 9) **Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, os órgãos da Administração Pública, no exercício da sua actividade, devem:**
- A. utilizar apenas a língua chinesa
 - B. utilizar apenas a língua portuguesa
 - C. utilizar as línguas oficiais de Macau
 - D. utilizar as línguas oficiais de Macau e também a língua inglesa
- 10) **Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, de que forma deve a Administração Pública tratar, no exercício da sua actividade, todos os que com ela entrem em relação?**
- A. pública e da boa fé
 - B. rígida e legal
 - C. justa e imparcial
 - D. pública e igual
- 11) **Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, no exercício da actividade administrativa, e em todas as suas formas e fases, a Administração Pública e os particulares devem agir e relacionar-se segundo que regras?**
- A. da boa fé
 - B. da imparcialidade
 - C. da justiça
 - D. da igualdade

- 12) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, de que forma a Administração Pública é responsável pelas informações prestadas aos particulares, ainda que não obrigatórias?**
- A. verbal
 - B. por escrito
 - C. por via electrónica
 - D. todas as opções acima
- 13) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, na formação de decisões a respeito de particulares, bem como de associações que tenham por objecto a defesa dos seus interesses, a Administração Pública através dos seus órgãos, deve assegurar:**
- A. a sua privacidade
 - B. o seu isolamento
 - C. o seu conhecimento
 - D. a sua participação

- 14) **Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, não existe o dever de decisão quando, desde a prática do acto até à data da apresentação do requerimento, o órgão competente tenha praticado um acto administrativo sobre o mesmo pedido formulado pelo mesmo particular com os mesmos fundamentos, há menos de quantos anos?**
- A. um
 - B. dois
 - C. três
 - D. quatro
- 15) **Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, a Administração Pública deve ser estruturada e funcionar de modo a aproximar os serviços das populações e de forma não burocratizada, a fim de assegurar que as suas decisões sejam tomadas por qual das seguintes formas?**
- A. célere, económica e eficiente
 - B. completa e por procedimentos
 - C. célere e com cortesia
 - D. célere e eficaz

16) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, salvo o disposto em lei especial, o procedimento administrativo é:

- A. remunerado
- B. gratuito
- C. remunerado ou gratuito conforme a situação económica de interessados
- D. remunerado ou gratuito conforme a discricionariedade da Administração Pública

17) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, cada órgão administrativo colegial tem:

- A. um presidente e um secretário
- B. um presidente, um vice-presidente e um secretário
- C. um presidente e dois secretários
- D. um presidente e um vice-secretário

18) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, sem prejuízo do disposto quanto à delegação de poderes e à substituição, a competência é definida por:

- A. discricionariedade
- B. regulamento
- C. regulamento ou discricionariedade
- D. lei ou regulamento

19) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, os órgãos administrativos normalmente competentes para decidir em determinada matéria podem permitir que outro órgão ou agente pratique actos administrativos sobre a mesma matéria, através de qual dos actos seguintes?

- A. acto de mandato
- B. acto de delegação de poderes
- C. acto de negociação
- D. acto de determinação

20) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, os actos de delegação e subdelegação de poderes estão sujeitos a publicação em:

- A. jornais chineses e portugueses do território de Macau
- B. Boletim Oficial de Macau
- C. Portal Oficial do Governo da RAEM
- D. todas as opções acima

21) Qual dos seguintes casos não está abrangido pelo Código do Procedimento Administrativo em vigor, em que os órgãos ou agentes da Administração Pública devem pedir escusa?

- A. quando nele tenha interesse, por si, como representante ou como gestor de negócios de outra pessoa
- B. quando tenha actuado no procedimento como perito ou mandatário o seu cônjuge, parente ou afim em linha recta ou até ao 2.º grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem viva em economia comum
- C. quando contra ele, seu cônjuge ou parente em linha recta esteja intentada acção judicial proposta por interessado ou pelo respectivo cônjuge
- D. quando tenha inimizade grave ou grande intimidade entre o titular do órgão ou agente, ou o seu cônjuge e a pessoa com interesse directo no procedimento, acto ou contrato

22) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, as línguas oficiais utilizadas no procedimento administrativo são:

- A. chinês
- B. português
- C. chinês ou português
- D. chinês e português

- 23) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, o procedimento deve ser concluído no prazo de quantos dias, salvo se outro prazo decorrer da lei ou for imposto por circunstâncias excepcionais?**
- A. trinta
 - B. sessenta
 - C. noventa
 - D. cento e vinte
- 24) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, os deveres gerais dos interessados incluem:**
- A. não formular pretensões ilegais
 - B. não articular factos contrários à verdade
 - C. não requerer diligências meramente dilatórias
 - D. todas as opções acima
- 25) Qual das seguintes situações não está regulamentada pelo actual Código do Procedimento Administrativo como situação em que não podem ser prestadas informações ou elementos sobre os procedimentos aos interessados?**
- A. em situação que, nos termos legais, estejam classificados como secretos ou confidenciais, enquanto essa classificação não for retirada pela entidade competente
 - B. em situação cujo conhecimento pelos interessados possa comprometer o fim principal do procedimento ou direitos fundamentais de outras pessoas
 - C. os actos e diligências adoptados pelo serviço onde o processo se encontra
 - D. nenhuma das opções acima

- 26) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, as informações solicitadas pelos interessados devem ser fornecidas pelos serviços no prazo máximo de quantos dias contados a partir do momento de apresentação?**
- A. dez dias úteis
 - B. dez dias seguintes
 - C. quinze dias úteis
 - D. quinze dias seguintes
- 27) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, quando não exista prazo especialmente fixado, os actos administrativos devem ser notificados no prazo de quantos dias?**
- A. sete
 - B. oito
 - C. nove
 - D. dez
- 28) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, na falta de disposição especial ou de fixação pela Administração, o prazo para os actos a praticar pelos órgãos administrativos é de quantos dias?**
- A. sete
 - B. catorze
 - C. quinze
 - D. vinte

29) Qual das seguintes opções não se inclui nas regras a aplicar à contagem dos prazos indicadas no actual Código do Procedimento Administrativo?

- A. não se inclui na contagem o dia em que ocorreu o evento a partir do qual o prazo começa a correr
- B. o prazo é contínuo e começa a correr independentemente de quaisquer formalidades
- C. o termo do prazo que caia em dia em que o serviço não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o primeiro dia útil seguinte
- D. D. a contagem do prazo é feito nos termos dos dias de trabalho dos serviços públicos

30) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, na falta de disposição especial, os pareceres são emitidos no prazo de quantos dias?

- A. trinta
- B. cinquenta
- C. sessenta
- D. noventa

31) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, se não houver disposição especial, no caso de falta de decisão final sobre a pretensão dirigida a órgão administrativo competente no prazo fixado para a sua emissão, qual é a faculdade conferida ao interessado para este poder exercer o respectivo meio legal de impugnação?

- A. a faculdade de presumir indeferida tacitamente essa pretensão
- B. a faculdade de presumir que ainda esteja pendente
- C. a faculdade de presumir indeferida essa pretensão
- D. a faculdade de presumir que o procedimento esteja extinto e não produza nenhum efeito

32) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, “as decisões dos órgãos da Administração que ao abrigo de normas de direito público visem produzir efeitos jurídicos numa situação individual e concreta” é a definição de um:

- A. acto administrativo
- B. processo administrativo
- C. procedimento administrativo
- D. contrato administrativo

33) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, qual das seguintes referências não é obrigatório constar do acto administrativo?

- A. a indicação da autoridade que praticou o acto
- B. o endereço do gabinete da autoridade que praticou o acto
- C. a identificação adequada do destinatário ou destinatários;
- D. a data em que o acto é praticado

34) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, quando a lei impuser a publicação do acto mas não regular os respectivos termos, no prazo de trinta dias, deve a mesma ser feita publicada em:

- A. jornal chinês mais lido na RAEM
- B. jornal português mais lido na RAEM
- C. Boletim Oficial de Macau
- D. Portal do Governo da RAEM

35) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, os actos a que falte qualquer dos elementos essenciais são:

- A. actos administrativos nulos
- B. actos administrativos anuláveis
- C. actos administrativos irregulares
- D. actos administrativos inexistentes

36) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, quais podem ser os fins da execução dos actos administrativos?

- A. o pagamento de quantia certa
- B. a entrega de coisa certa
- C. a prestação de um facto
- D. todas as opções acima

37) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, a reclamação do particular é apresentada:

- A. ao órgão que exerça poderes de tutela ou de superintendência sobre o autor do acto
- B. ao autor do acto
- C. ao superior hierárquico do autor do acto ou para o delegante ou subdelegante
- D. ao órgão colegial de que este seja membro, ou para o delegante ou subdelegante

38) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, salvo disposição em contrário, as reclamações e os recursos podem ter por fundamento:

- A. a ilegalidade ou a inconveniência do acto administrativo impugnado
- B. a ilegalidade e a inconveniência do acto administrativo impugnado
- C. a decisão em contrário, total ou parcialmente, de pretensão ou oposição formulada por interessado do acto administrativo impugnado
- D. o acto administrativo impugnado impõe deveres aos interessados

39) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, a reclamação deve ser apresentada no prazo de quantos dias?

- A. dez
- B. catorze
- C. quinze
- D. vinte e um

40) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, o prazo para o órgão competente apreciar e decidir a reclamação é de quantos dias?

- A. quinze
- B. trinta
- C. sessenta
- D. noventa

41) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, sempre que a lei não estabeleça prazo diferente, é de quantos dias o prazo para a interposição do recurso hierárquico necessário?

- A. quinze
- B. trinta
- C. quarenta e cinco
- D. sessenta

- 42) Em qual dos seguintes casos não está previsto no actual Código do Procedimento Administrativo que o recurso deve ser rejeitado?**
- A. quando haja sido interposto ao superior hierárquico do autor do acto
 - B. quando o acto impugnado não seja susceptível de recurso
 - C. quando o recorrente careça de legitimidade
 - D. quando o recurso haja sido interposto fora do prazo
- 43) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, quando a lei não fixe prazo diferente, o recurso hierárquico deve ser decidido no prazo de quantos dias contado a partir da remessa do processo ao órgão competente?**
- A. cento e vinte
 - B. noventa
 - C. sessenta
 - D. trinta
- 44) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, o recurso hierárquico interposto para um órgão que exerça poder de supervisão sobre outro órgão da mesma pessoa colectiva, fora do âmbito da hierarquia administrativa é considerado:**
- A. recurso tutelar
 - B. recurso hierárquico impróprio
 - C. recurso necessário
 - D. recurso facultativo

45) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, que actos podem ser objecto do recurso tutelar?

- A. todos os actos administrativos praticados por órgãos sujeitos aos poderes hierárquicos de outros órgãos, desde que a lei não exclua tal possibilidade
- B. quaisquer actos administrativos
- C. actos administrativos praticados por pessoas colectivas públicas sujeitas a tutela ou superintendência
- D. todas as opções acima

46) Nos termos do disposto no Código do Procedimento Administrativo em vigor, são contratos administrativos, designadamente, os contratos de:

- A. empreitada de obras públicas
- B. concessão de serviços públicos
- C. C. fornecimento contínuo
- D. D. todas as opções acima

47) Quais dos seguintes não são considerados contratos administrativos previstos no actual Código do Procedimento Administrativo?

- A. contratos de concessão de obras públicas
- B. contratos de concessão de exploração de jogos de fortuna ou azar
- C. contratos individuais de trabalho
- D. contratos de prestação de serviços para fins de imediata utilidade pública

48) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, salvo regime especial, o co-contratante deve ser escolhido por:

- A. concurso público
- B. concurso limitado
- C. ajuste directo
- D. todas as opções acima

Respostas

Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 57/99/M, de 11 de Outubro		
Perguntas	Respostas	Legislação
1	A	Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 57/99/M
2	C	N.º 1 do artigo 1.º do «Código do Procedimento Administrativo»
3	B	N.º 2 do artigo 1.º do «Código do Procedimento Administrativo»
4	D	N.º 1 do artigo 2.º do «Código do Procedimento Administrativo»
5	C	N.º 1 do artigo 3.º do «Código do Procedimento Administrativo»
6	B	Artigo 4.º do «Código do Procedimento Administrativo»
7	A	N.º 1 do artigo 5.º do «Código do Procedimento Administrativo»
8	D	N.º 2 do artigo 5.º do «Código do Procedimento Administrativo»
9	C	Artigo 6.º do «Código do Procedimento Administrativo»
10	C	Artigo 7.º do «Código do Procedimento Administrativo»
11	A	N.º 1 do artigo 8.º do «Código do Procedimento Administrativo»
12	B	N.º 2 do artigo 9.º do «Código do Procedimento Administrativo»
13	D	artigo 10.º do «Código do Procedimento Administrativo»
14	B	N.º 2 do artigo 11.º do «Código do Procedimento Administrativo»
15	A	Artigo 12.º do «Código do Procedimento Administrativo»
16	B	Artigo 13.º do «Código do Procedimento Administrativo»
17	A	N.º 1 do artigo 16.º do «Código do Procedimento Administrativo»
18	D	N.º 1 do artigo 31.º do «Código do Procedimento Administrativo»
19	B	N.º 1 do artigo 37.º do «Código do Procedimento Administrativo»
20	B	N.º 2 do artigo 39.º do «Código do Procedimento Administrativo»

Respostas

Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 57/99/M, de 11 de Outubro		
Perguntas	Respostas	Legislação
21	D	Alíneas a) e) e f) do n.º 1 do artigo 46.º e alínea d) do n.º 1 do artigo 50.º do «Código do Procedimento Administrativo»
22	C	N.º 1 do artigo 56.º do «Código do Procedimento Administrativo», artigo 9.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau República Popular da China»
23	C	N.º 1 do artigo 61.º do «Código do Procedimento Administrativo»
24	D	N.º 1 do artigo 62.º do «Código do Procedimento Administrativo»
25	C	N.º 2 e alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 63.º do «Código do Procedimento Administrativo»
26	A	N.º 4 do artigo 63.º do «Código do Procedimento Administrativo»
27	B	Artigo 71.º do «Código do Procedimento Administrativo»
28	C	N.º 1 do artigo 73.º do «Código do Procedimento Administrativo»
29	D	Alíneas a) a c) do artigo 74.º do «Código do Procedimento Administrativo»
30	A	N.º 2 do artigo 92.º do «Código do Procedimento Administrativo»
31	C	N.º 1 do artigo 102.º do «Código do Procedimento Administrativo»
32	A	Artigo 110.º do «Código do Procedimento Administrativo»
33	B	Alíneas a), c) e g) do n.º 1 do artigo 113.º do «Código do Procedimento Administrativo»
34	C	N.º 4 do artigo 120.º do «Código do Procedimento Administrativo»
35	A	N.º 1 do artigo 122.º do «Código do Procedimento Administrativo»
36	D	Artigo 141.º do «Código do Procedimento Administrativo»
37	B	Alínea a) do n.º 2 do artigo 145.º do «Código do Procedimento Administrativo»
38	A	Artigo 146.º do «Código do Procedimento Administrativo»

Respostas

Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 57/99/M, de 11 de Outubro		
Perguntas	Respostas	Legislação
39	C	Artigo 149.º do «Código do Procedimento Administrativo»
40	A	Artigo 152.º do «Código do Procedimento Administrativo»
41	B	N.º 1 do artigo 155.º do «Código do Procedimento Administrativo»
42	A	Alíneas b) a d) do artigo 160.º do «Código do Procedimento Administrativo»
43	D	N.º 1 do artigo 162.º do «Código do Procedimento Administrativo»
44	B	N.º 1 do artigo 163.º do «Código do Procedimento Administrativo»
45	C	N.º 1 do artigo 164.º do «Código do Procedimento Administrativo»
46	D	Alíneas a), c) e e) do n.º 2 do artigo 165.º do «Código do Procedimento Administrativo»
47	C	Alíneas b), d) e f) do n.º 2 do artigo 165.º do «Código do Procedimento Administrativo»
48	D	N.º 1 do artigo 169.º do «Código do Procedimento Administrativo»

- 1) **O Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor aplica-se ao pessoal dos serviços públicos da Administração de Macau, incluindo:**
 - A. Associações privadas e serviços autónomos
 - B. Serviços e fundos autónomos
 - C. Associações privadas e fundos autónomos
 - D. Todas as opções acima

- 2) **Para efeitos do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor consideram-se trabalhadores da Administração Pública:**
 - A. Os funcionários e agentes
 - B. Os funcionários
 - C. Os agentes
 - D. Nenhuma das opções acima

- 3) **Salvo disposição especial, a competência para a prática dos actos previstos no Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor é do:**
 - A. Governador
 - B. Presidente da Assembleia Legislativa
 - C. Chefe do Executivo
 - D. Presidente do Tribunal de Última Instância

- 4) **De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, do processo individual devem constar:**
- A. Todos os factos que possam interessar à situação funcional de terceiros
 - B. Todos os documentos que possam interessar ao estado de saúde do superior hierárquico
 - C. Todos os factos e documentos que possam interessar à situação funcional, deveres e direitos do trabalhador
 - D. Nenhuma das opções acima
- 5) **De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, sempre que o funcionário ou agente se encontre colocado noutra serviço em situação transitória, devem ser comunicados, com a brevidade possível, todos os factos susceptíveis de constarem do respectivo processo individual, ao:**
- A. Serviço de origem
 - B. Chefe do Executivo
 - C. Presidente da Assembleia Legislativa
 - D. Presidente do Tribunal de Última Instância
- 6) **De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, qual das opções abaixo indicadas não constitui requisito geral para o desempenho de funções públicas?**
- A. Habilitação académica ou profissional
 - B. Menoridade
 - C. Capacidade profissional
 - D. Aptidão física e mental

- 7) **De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, para quais das funções abaixo indicadas podem ser excepcionalmente admitidos trabalhadores de nacionalidade diferente das nacionalidades portuguesa ou chinesa, não se considerando nesta excepção os cargos de direcção e chefia?**
- A. Funções de carácter predominantemente técnico
 - B. Funções de carácter predominantemente científico
 - C. Funções de carácter predominantemente de ensino
 - D. Todas as opções acima
- 8) **De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, salvo limites especiais de idade, os limites mínimo e máximo de idade para admissão no quadro da função pública são:**
- A. Dezoito e cinquenta anos
 - B. Dezassete e sessenta anos
 - C. Dezasseis e setenta anos
 - D. Quinze e oitenta anos
- 9) **De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, não têm capacidade para o exercício de funções públicas:**
- A. Os julgados definitivamente incapazes para o serviço público
 - B. Os abrangidos pelas disposições sobre incompatibilidades e acumulações
 - C. Os funcionários na situação de licença sem vencimento de curta duração
 - D. Todas as opções acima

10) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, os requisitos especiais de provimento para o desempenho de funções públicas são definidos em:

- A. Lei própria
- B. Regulamento Administrativo
- C. Despacho do Chefe do Executivo
- D. Ordem executiva

11) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, no caso de concurso público, os candidatos ao exercício de funções públicas devem, até ao termo do prazo para apresentação de candidaturas fixado no aviso de abertura do concurso, reunir os:

- A. Requisitos gerais
- B. Requisitos especiais
- C. Requisitos gerais ou especiais
- D. Requisitos gerais e especiais

12) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o provimento efectuado com inobservância do requisito da habilitação académica ou da qualificação profissional:

- A. É nulo
- B. É anulável
- C. Não produz efeito
- D. Não existe

13) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o exercício de funções públicas obedece ao:

- A. Princípio da exclusividade
- B. Princípio da acumulação
- C. Princípio da semi exclusividade
- D. Nenhuma das opções acima

14) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em qual das seguintes situações é permitida a acumulação de cargos ou lugares públicos dos trabalhadores?

- A. Actividades privadas
- B. Actividades de formação profissional
- C. Actividades docentes, independentemente da compatibilidade de horário
- D. Nenhuma das opções acima

15) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a inerência é:

- A. Quando o exercício de um cargo público implica, por força do regulamento administrativo, o desempenho de outro cargo
- B. Quando o exercício de um cargo público implica, por força da lei, o desempenho de outro cargo
- C. Quando o exercício de um cargo público implica, por força do despacho, o desempenho de outro cargo
- D. Todas as opções acima

16) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o exercício do cargo inerente é:

- A. Um direito proveniente do cargo principal
- B. Uma obrigação proveniente do cargo principal
- C. Um direito ou uma obrigação proveniente do cargo principal
- D. Um direito e uma obrigação proveniente do cargo principal

17) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, com excepção do pessoal de direcção e chefia, a admissão em lugar do quadro tem carácter provisório durante:

- A. Seis meses
- B. Um ano
- C. Dois anos
- D. Três anos

18) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, qual das seguintes opções é instrumento de mobilidade?

- A. A transferência
- B. O destacamento
- C. A requisição
- D. Todas as opções acima

19) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o acto de posse é:

- A. Público
- B. Pessoal
- C. Público e pessoal
- D. Público ou pessoal

20) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em que circunstâncias abaixo discriminadas há lugar a posse?

- A. Nomeação provisória
- B. Comissão de serviço em todas as situações
- C. Nomeação definitiva, em todas as situações
- D. Nenhuma das opções acima

21) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, todos os actos relativos a pessoal com implicação na sua situação jurídico-funcional devem ser comunicados pelos respectivos serviços, no prazo máximo de 15 dias, à:

- A. Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública
- B. Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça
- C. Direcção dos Serviços de Finanças
- D. Direcção dos Serviços de Identificação

22) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, salvo disposição em contrário para circunstâncias especiais, os trabalhadores da Administração Pública de Macau prestam:

- A. 30 horas de trabalho semanais
- B. 32 horas de trabalho semanais
- C. 36 horas de trabalho semanais
- D. 38 horas de trabalho semanais

23) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, os trabalhadores estão obrigados ao rigoroso cumprimento do horário diário de trabalho. Os atrasos dão origem a marcação de falta injustificada caso sejam:

- A. Superiores a 15 minutos diários ou 30 minutos semanais
- B. Superiores a 20 minutos diários ou 40 minutos semanais
- C. Superiores a 30 minutos diários ou 60 minutos semanais
- D. Todas as opções acima

24) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o regime de horário de trabalho pode ser geral ou especial. Qual que é o regime de horário de trabalho especial?

- A. Horário flexível de trabalho
- B. Trabalho por turnos
- C. Horário específico de trabalho
- D. Todas as opções acima

25) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, salvo disposição legal em contrário, o direito a férias é irrenunciável e o seu gozo efectivo:

- A. Não pode ser substituído por qualquer compensação pecuniária
- B. Pode ser substituído por compensação de uma remuneração correspondente aos dias de férias
- C. Pode ser substituído por compensação de uma remuneração dupla
- D. Pode ser substituído por compensação de outros subsídios

26) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, nas seguintes expressões relativas aos efeitos das férias, o que está correcto é:

- A. Durante as férias, o trabalhador não tem direito às remunerações a que teria direito se se encontrasse em serviço efectivo
- B. Durante as férias, é absoluto que não pode ser exercida qualquer actividade remunerada
- C. Durante as férias, não pode ser exercida qualquer actividade remunerada, salvo se a mesma já viesse sendo legalmente exercida
- D. Durante o período das férias, há perda dos correspondentes direitos ou regalias do trabalhador

27) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, por conveniência de serviço devidamente fundamentada e mediante autorização do dirigente do serviço, podem ser transferidos, para o ano civil seguinte, os dias de férias vencidos ou acumulados, até ao limite máximo de:

- A. 11 dias úteis
- B. 22 dias úteis
- C. 33 dias úteis
- D. 44 dias úteis

28) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, quais são as faltas consideradas como injustificadas?

- A. As faltas dadas por motivos não previstos nos termos deste Estatuto
- B. As faltas não justificadas nos termos deste Estatuto
- C. As faltas que dependam de aceitação do respectivo dirigente, nos casos em que este não considere justificação bastante as razões invocadas pelo trabalhador
- D. As faltas acima referidas são todas consideradas como injustificadas

29) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o que é que as faltas injustificadas determinam, para além das consequências disciplinares legalmente previstas?

- A. A perda da remuneração correspondente aos dias de ausência
- B. A não contagem para efeitos de antiguidade
- C. O desconto nas férias do ano civil
- D. Todas as opções acima

30) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, quanto às faltas do trabalhador por motivo de casamento, com quantos dias, de antecedência, no mínimo, devem ser comunicadas, por escrito, relativamente à data do seu início? E qual o período de tempo de que o trabalhador dispõe para comprovar o casamento mediante a exibição da respectiva certidão?

- A. 15 dias; 30 dias
- B. 10 dias; 30 dias
- C. 15 dias; 20 dias
- D. 10 dias; 20 dias

31) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, quantos dias as trabalhadoras têm direito a faltar por motivo de parto? E quantos dias devem ser gozados obrigatória e imediatamente após o parto?

- A. 90 dias; 30 dias
- B. 90 dias; 60 dias
- C. 60 dias; 30 dias
- D. 60 dias; 20 dias

32) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, quanto às faltas por paternidade dos trabalhadores, quando devem ser participadas as faltas, justificadas mediante exibição da certidão de nascimento?

- A. No próprio dia em que ocorrerem as faltas
- B. Durante três dias após a ocorrência das faltas
- C. Durante cinco dias após a ocorrência das faltas
- D. Durante cinco dias úteis após a ocorrência das faltas

33) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em situações legalmente definidas, no caso de adoção de criança recém-nascida, o trabalhador tem direito a faltar:

- A. 10 dias seguidos
- B. 20 dias seguidos
- C. 30 dias seguidos
- D. 40 dias seguidos

34) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, as faltas por maternidade, paternidade e adoção são justificadas por declaração do médico assistente, do estabelecimento hospitalar ou por documento bastante, a apresentar no serviço onde o trabalhador exerce funções até:

- A. Final do primeiro dia útil imediato ao da ausência
- B. Final do segundo dia útil imediato ao da ausência
- C. Final do terceiro dia útil imediato ao da ausência
- D. Final do quarto dia útil imediato ao da ausência

35) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, no caso de faltas por falecimento de familiares do trabalhador, quando deve ser participada a sua ausência?

- A. No dia do seu início
- B. No primeiro dia útil imediato ao da ausência
- C. Em qualquer momento durante a ausência
- D. No dia em que comparece no serviço após a sua ausência

36) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a partir de quantos dias, seguidos ou interpolados, de falta por doença, em cada ano civil, os que excedam descontam na antiguidade para efeitos de categoria e carreira?

- A. 10 dias
- B. 15 dias
- C. 20 dias
- D. 30 dias

37) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, salvo disposição legal em contrário, os serviços públicos devem concluir o processo de dedução do vencimento de exercício por motivo de faltas por doença, até:

- A. Ao fim do mês de Março de cada ano
- B. Ao fim do mês de Junho de cada ano
- C. Ao fim do mês de Setembro de cada ano
- D. Ao fim do mês de Dezembro de cada ano

38) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a ausência do trabalhador por doença pode ser justificada mediante a apresentação de:

- A. Declarações de internamento hospitalar e convalescença
- B. Declaração de visita hospitalar
- C. Certidão de registo de migração
- D. Certidão de nascimento

39) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o atestado médico, para justificar a falta do trabalhador por doença, é passado em impresso próprio, o qual deve dar entrada no serviço onde o trabalhador exerce funções até:

- A. Final do primeiro dia útil imediato ao da ausência
- B. Final do segundo dia útil imediato ao da ausência
- C. Final do terceiro dia útil imediato ao da ausência
- D. Final do quarto dia útil imediato ao da ausência

40) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em relação às faltas por doença dos trabalhadores, de entre as afirmações abaixo discriminadas, a afirmação correcta é:

- A. Salvo nos casos de internamento hospitalar, o dirigente do serviço pode, a qualquer momento, solicitar a verificação domiciliária da doença a médico privativo ou aos Serviços de Saúde de Macau
- B. Quando a doença não implicar a permanência no domicílio, a verificação da doença é efectuada no local, dia e hora que forem indicados pelo trabalhador na declaração que acompanha o atestado médico
- C. No caso do trabalhador se encontrar internado, a justificação da ausência por motivo de doença faz-se mediante declaração de internamento, passada pelo estabelecimento hospitalar
- D. Todas as opções acima

41) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, salvo nos casos de internamento em estabelecimento hospitalar, o trabalhador deve ser submetido à Junta de Saúde, solicitada pelo dirigente do serviço quando:

- A. Atinja o limite de 30 dias de ausência ao serviço por motivo de doença justificada nos termos do presente Estatuto
- B. A actuação do doente indicie um comportamento fraudulento, independentemente do número de dias de ausência ao serviço
- C. O comportamento do trabalhador não indicie perturbação física ou psíquica que comprometa o normal desempenho das suas funções
- D. Todas as opções acima

42) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, para além das doenças estipuladas no Estatuto, quando a Junta de Saúde considere que o trabalhador não se encontra em condições de retomar a actividade, pode determinar a permanência na situação de faltas por doença por períodos sucessivos de quantos dias e qual é o limite para esses períodos de faltas por doença?

- A. 30 dias; 18 meses
- B. 60 dias; 18 meses
- C. 30 dias; 12 meses
- D. 60 dias; 12 meses

43) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, para efeitos de aposentação, se tiver completado de 15 anos de serviço, findos os prazos limite para as faltas por doença, o trabalhador é:

- A. Automaticamente desligado do serviço
- B. Desligado do serviço e reembolsado dos descontos efectuados para efeitos de aposentação
- C. Automaticamente desligado do serviço para efeitos de aposentação
- D. Desligado do serviço e reembolsado dos descontos efectuados para efeitos de sobrevivência

44) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o trabalhador que se encontre fora da Região Administrativa Especial de Macau em situação legalmente justificada e aí adoeça, estando impedido de realizar a viagem de regresso e de se apresentar na data prevista, quando e de que forma deve informar o respectivo serviço, por si ou por interposta pessoa da ocorrência da doença e a duração previsível da mesma, bem como o local onde pode ser contactado?

- A. No prazo de 3 dias úteis e por escrito
- B. No prazo de 3 dias úteis e por forma oral ou por escrito
- C. No prazo de 5 dias úteis e por escrito
- D. No prazo de 5 dias úteis e por forma oral ou por escrito

45) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a adopção do horário flexível de trabalho deve observar as seguintes regras?

- A. A duração normal de trabalho é de 36 horas por semana
- B. Não é permitido aos trabalhadores o débito de horas de trabalho, nem o transporte de horas que ultrapassem a duração de trabalho de 36 horas para a semana seguinte
- C. Devem ser definidos os períodos de trabalho de presença obrigatória, designados como plataformas fixas, quer na parte da manhã, quer na parte da tarde
- D. Todas as opções acima

46) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, considera-se em serviço o acidente que, produzindo, directa ou indirectamente, lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte a incapacidade ou morte do sinistrado, ocorra:

- A. No local de trabalho, durante o desempenho das suas funções
- B. Fora do local de trabalho, na execução de serviços superiormente ordenados
- C. No percurso normal entre a residência e o local de trabalho
- D. Todas as opções acima

47) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, caso ocorra um acidente em serviço, quando deve ser comunicado o acidente, por escrito, pelo sinistrado ou por terceiro, ao dirigente do serviço do sinistrado?

- A. Nos 3 dias imediatos à sua ocorrência
- B. Nos 5 dias imediatos à sua ocorrência
- C. Nos 7 dias imediatos à sua ocorrência
- D. Nos 10 dias imediatos à sua ocorrência

48) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o trabalhador que utilize qualquer artifício ou meio irregular ou se socorra de fraude para beneficiar das protecções e regalias estabelecidas em matéria de acidente em serviço incorre em:

- A. Responsabilidade disciplinar, sem prejuízo de eventual procedimento criminal
- B. Responsabilidade disciplinar, sem prejuízo de eventual procedimento civil
- C. Responsabilidade penal, sem prejuízo de eventual procedimento civil
- D. Responsabilidade civil

49) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o dirigente do serviço deve mandar levantar auto de notícia logo após o conhecimento da ocorrência do acidente em serviço do trabalhador. De quanto tempo dispõe o dirigente para participar superiormente a respectiva ocorrência?

- A. 12 horas
- B. 24 horas
- C. 36 horas
- D. 48 horas

50) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em relação às faltas do trabalhador devido a acidente em serviço, qual das afirmações abaixo indicadas está correcta?

- A. Imediatamente após o conhecimento da ocorrência do acidente, o dirigente do serviço deve providenciar no sentido de serem garantidos ao sinistrado os cuidados de saúde necessários
- B. No início do tratamento, o médico que prestar cuidados de saúde deve descrever as lesões e a sintomatologia do sinistrado, preenchendo o impresso próprio
- C. Quando o sinistrado se encontra impossibilitado de desempenhar plenamente as suas funções por período superior a 60 dias, por solicitação do dirigente do serviço a que o sinistrado pertence, é obrigatoriamente submetido à Junta de Saúde.
- D. As afirmações acima referidas são todas correctas

51) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, quando o trabalhador estiver em situação de impossibilidade de pleno desempenho de funções resultante de acidente em serviço, deve:

- A. Confirmar situação de impossibilidade mensalmente por declaração do médico
- B. Confirmar situação de impossibilidade de dez em dez dias por declaração do médico
- C. Confirmar situação de impossibilidade mensalmente por declaração do dirigente do serviço
- D. Confirmar situação de impossibilidade de dez em dez dias por declaração do dirigente do serviço

52) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em que circunstâncias o sinistrado do acidente em serviço tem direito a ser aposentado nos termos da lei?

- A. No caso de incapacidade provisória e parcial
- B. No caso de incapacidade permanente e parcial
- C. No caso de declaração de incapacidade permanente emitida pelo médico assistente
- D. No caso de declaração de incapacidade permanente e absoluta emitida pela Junta de Saúde

53) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em cada ano civil, os trabalhadores estudantes podem faltar ao serviço, seguida ou interpoladamente, até 6 dias úteis, com desconto no vencimento, mas sem perda de quaisquer outros direitos ou regalias, desde que não haja inconveniência para o serviço e o requeiram com a antecedência mínima de:

- A. 7 dias úteis
- B. 7 dias
- C. 8 dias úteis
- D. 8 dias

54) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em relação às faltas para prestação de provas em concursos no âmbito dos serviços públicos pelo período de tempo necessário para a sua realização, quando devem ser participadas e justificadas por declaração do júri do concurso a apresentar no prazo de 48 horas?

- A. Até à sua véspera
- B. Dois dias antes da sua ausência
- C. Três dias antes da sua ausência
- D. Quatro dias antes da sua ausência

55) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, as faltas dadas para cumprimento de obrigações legais devem, em regra e sempre que possível, ser participadas:

- A. Dois dias antes da sua ausência e justificadas no prazo de 72 horas
- B. Até à sua véspera e justificadas no prazo de 48 horas
- C. No próprio dia da ausência e justificadas no prazo de 24 horas
- D. Nenhuma das opções acima

56) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, as licenças sem vencimento só podem ser concedidas a funcionários de nomeação definitiva e desde que:

- A. Se encontrem em exercício de funções e contra eles não esteja instaurado processo disciplinar
- B. Se mostrem quites com a Direcção dos Serviços de Finanças
- C. Não haja inconveniência para o serviço
- D. Todas as opções acima

57) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, que informações o funcionário deve dar ao serviço a que pertence para poder ser contactado durante o período de gozo da licença sem vencimento?

- A. Endereço de contacto
- B. Número de contacto
- C. Forma de contacto
- D. Nenhuma das opções acima

58) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, de que forma as licenças sem vencimento podem ser interrompidas ou cessadas, a todo o tempo, pelo Chefe do Executivo, com fundamento em conveniência de serviço?

- A. Por forma de lei
- B. Por forma de regulamento administrativo
- C. Por forma de despacho
- D. Uma das formas acima referidas

59) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, são beneficiários titulares com direito a cuidados de saúde:

- A. Todos os trabalhadores da Administração no activo
- B. Os funcionários que, por motivo de doença, hajam passado à situação de licença sem vencimento de longa duração
- C. O pessoal que se encontre a aguardar aposentação ou esteja aposentado
- D. Todas as opções acima

60) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a contribuição por parte do beneficiário titular é, sobre a totalidade do respectivo vencimento, salário ou pensão de aposentação, fixada em:

- A. 1.5%
- B. 1%
- C. 0.5%
- D. 0.1%

61) O tempo de serviço releva para os efeitos previstos no Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor ou em lei especial e, designadamente, para:

- A. Progressão e acesso nas carreiras
- B. Concessão de licenças
- C. Aposentação e sobrevivência
- D. Todas as opções acima

62) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o tempo de duração das situações de suspensão preventiva determinada em processo disciplinar quando seguidas de aplicação de pena:

- A. É considerado tempo de serviço efectivo
- B. Não é considerado tempo de serviço efectivo
- C. É considerado tempo de serviço efectivo, dependendo das circunstâncias concretas
- D. Nenhuma das opções acima

63) Só as remunerações permitidas ou previstas no Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor ou em lei especial podem ser processadas, liquidadas e pagas aos trabalhadores da Administração. Este articulado refere-se ao:

- A. Princípio da igualdade
- B. Princípio da proporcionalidade
- C. Princípio da legalidade
- D. Princípio da isenção

64) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o limite anual máximo de remuneração, em consequência do exercício de funções públicas, a qualquer título, é o que resulta da seguinte fórmula, sendo “V”:

$$V \times 125$$

$$L = \frac{\quad}{100} \times 14$$

- A. O vencimento máximo da tabela indiciária
- B. O prémio da antiguidade
- C. O subsídio de família
- D. Nenhuma das opções acima

65) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o subsídio de férias dos trabalhadores é:

- A. Inalienável e impenhorável
- B. Inalienável mas penhorável
- C. Alienável e penhorável
- D. Alienável mas impenhorável

66) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, que regime se aplica ao pessoal isento de horário de trabalho?

- A. Horário flexível de trabalho
- B. Horário específico de trabalho
- C. Trabalho por turnos
- D. Nenhuma das opções acima

67) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em que período de tempo o trabalho prestado é considerado como trabalho extraordinário?

- A. No período normal de trabalho
- B. Em dias de descanso semanal
- C. Em turnos determinados no regime de trabalho por turnos
- D. Nenhuma das opções acima

68) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a prestação de trabalho extraordinário:

- A. A prestação de trabalho extraordinário é exigida em virtude de acumulação anormal de trabalho ou em situações de urgência, e está sujeita a autorização prévia do dirigente do serviço, podendo, em caso de excepcional premência, ser determinada pelo superior hierárquico do trabalhador, devendo, neste caso, ser confirmada nos 2 dias úteis imediatos à sua realização pelo dirigente do serviço
- B. É apenas determinada superiormente e admitida quando as necessidades do serviço o exigirem, em virtude da acumulação normal de trabalho
- C. Não é determinada superiormente, mas pode ser efectuada em caso de excepcional premência
- D. Não é determinada prévia do dirigente do serviço ou superiormente, mas pode ser efectuada quando as necessidades do serviço o exigirem, em virtude da acumulação anormal de trabalho ou da urgência na realização de trabalhos especiais

69) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, se não for caso de excepcional premência, a prestação de trabalho extraordinário:

- A. Não está sujeita a autorização prévia
- B. Está sujeita a autorização prévia
- C. Está sujeita a ratificação posterior
- D. Não está sujeita a autorização prévia nem ratificação posterior

70) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a prestação de trabalho extraordinário pode, em caso de excepcional premência, ser determinada pelo superior hierárquico do trabalhador. Em quanto tempo deve ser confirmada posteriormente pelo dirigente do serviço?

- A. 1 dias úteis
- B. 2 dias úteis
- C. 3 dias úteis
- D. 4 dias úteis

71) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, salvo disposição legal em contrário, a prestação de trabalho extraordinário tem os limites de:

- A. 36 horas mensais
- B. 44 horas mensais
- C. 52 horas mensais
- D. 60 horas mensais

72) Em relação ao estipulado sobre o trabalho por turnos dos trabalhadores constante no Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, de entre as afirmações abaixo, a afirmação correcta é:

- A. Os turnos são rotativos e o trabalhador está sujeito a variação regular de horário de trabalho, pelo menos, duas vezes por mês
- B. Nos serviços de funcionamento permanente não podem ser prestados pelo mesmo trabalhador mais de 5 dias de trabalho consecutivo
- C. É permitida a sobreposição entre turnos, não podendo o tempo sobreposto ser superior a metade das horas totais de cada turno
- D. A duração máxima de cada turno é de 9 horas

73) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em relação aos trabalhadores que se deslocam em missão oficial de serviço ao exterior, até quantos dias após o regresso deve ser entregue relatório circunstanciado?

- A. 10 dias
- B. 20 dias
- C. 30 dias
- D. 40 dias

74) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a aposentação dos trabalhadores pode ser:

- A. Legal ou voluntária
- B. Compulsiva ou voluntária
- C. Voluntária ou obrigatória
- D. Legal ou voluntária

75) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em qual das circunstâncias abaixo discriminadas é que os funcionários ou agentes são obrigatoriamente desligados do serviço para efeitos de aposentação?

- A. Quando atingirem os 50 anos
- B. Quando sofrerem de incapacidade permanente e absoluta para o exercício das suas funções, em virtude de acidente de serviço
- C. Quando forem declarados permanente e absolutamente incapazes pela Junta de Saúde para o exercício de funções públicas
- D. Quando tiverem um período mínimo de 10 anos de serviço para efeitos de aposentação, sejam punidos com pena de aposentação compulsiva

76) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, há lugar a aposentação voluntária quando o funcionário ou agente:

- A. Declare desejar aposentar-se após 30 anos de serviço contados para efeitos de aposentação e tenha 55 ou mais anos de idade
- B. Apresente pedido de aposentação e que complete 30 anos de serviço
- C. Seja declarado permanente e absolutamente incapaz pela Junta de Saúde para o exercício de funções públicas
- D. Esteja em situação de incapacidade permanente e absoluta de desempenho de funções conduzida por acidente em serviço

77) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a pensão de aposentação é igual à trigésima sexta parte do vencimento que lhe serve de base no cálculo, multiplicada pelo número de anos de serviço contados para a aposentação, até ao limite de:

- A. 36 anos
- B. 30 anos
- C. 20 anos
- D. 15 anos

78) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em qual das circunstâncias abaixo indicadas a situação de aposentado é extinta?

- A. Prescrição do direito
- B. Renúncia ao direito à pensão ou ao capital
- C. Falecimento
- D. Todas as opções acima

79) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, os funcionários e agentes, no exercício da função pública, estão exclusivamente ao:

- A. Serviço do interesse privado
- B. Serviço do interesse público
- C. Serviço do interesse privado e público
- D. Nenhuma das opções acima

80) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, os funcionários e agentes, no exercício da função pública, têm os seguintes deveres:

- A. O dever de isenção e zelo
- B. O dever de obediência e sigilo
- C. O dever de assiduidade e pontualidade
- D. Todas as opções acima

81) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, os funcionários e agentes, no exercício da função pública, têm de observar o dever de isenção, que consiste em:

- A. Exercer as suas funções com eficiência e empenhamento
- B. Tratar com respeito e urbanidade os superiores hierárquicos
- C. Actuar com imparcialidade e independência em relação aos interesses e pressões particulares de qualquer índole, na perspectiva do respeito pela igualdade dos cidadãos
- D. Guardar segredo profissional relativamente aos factos de que tenham conhecimento em virtude do exercício das suas funções e que não se destinem a ser do domínio público

82) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, os funcionários e agentes têm o dever de não retirarem vantagens, directas ou indirectas, pecuniárias ou outras, das funções que exercem, que não sejam devidas por lei. Trata-se aqui do:

- A. Dever de isenção
- B. Dever de zelo
- C. Dever de correcção
- D. Dever de assiduidade

83) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, os funcionários e agentes têm o dever de exercerem as suas funções com eficiência e empenhamento. Trata-se aqui do:

- A. Dever de zelo
- B. Dever de obediência
- C. Dever de correcção
- D. Dever de assiduidade

84) Os funcionários e agentes, no exercício da função pública, têm, designadamente, de conhecer as normas legais e regulamentares e as instruções dos seus superiores hierárquicos. De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, trata-se aqui do:

- A. Dever de obediência
- B. Dever de zelo
- C. Dever de correcção
- D. Dever de assiduidade

85) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, os funcionários e agentes, no exercício da função pública, têm de possuir e aperfeiçoar os seus conhecimentos técnicos e métodos de trabalho. Trata-se aqui do:

- A. Dever de obediência
- B. Dever de correcção
- C. Dever de zelo
- D. Dever de assiduidade

86) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, os funcionários e agentes, no exercício da função pública, têm o dever de obediência, que consiste em:

- A. Exercer as suas funções com eficiência e empenhamento
- B. Tratar com respeito e urbanidade os superiores hierárquicos
- C. Cumprir as ordens dos seus legítimos superiores hierárquicos, dadas de qualquer forma
- D. Acatar e cumprir as ordens dos seus legítimos superiores hierárquicos, dadas em objecto de serviço e com a forma legal

87) Os funcionários e agentes têm o dever de desempenhar as suas funções de acordo com as instruções superiores em subordinação aos objectivos de serviço e na perspectiva da prossecução do interesse público, trata-se aqui, de acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, do:

- A. Dever de obediência
- B. Dever de lealdade
- C. Dever de correcção
- D. Dever de isenção

88) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, se os funcionários e agentes revelarem factos de que tenham conhecimento em virtude do exercício das suas funções e que não se destinem a ser do domínio público, trata-se aqui da violação do:

- A. Dever de obediência
- B. Dever de lealdade
- C. Dever de correcção
- D. Dever de sigilo

89) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, os funcionários e agentes têm o dever de tratar com respeito e urbanidade os utentes dos serviços públicos, os colegas, os superiores hierárquicos e os subordinados. O dever acima referido é:

- A. O dever de zelo
- B. O dever de correcção
- C. O dever de lealdade
- D. O dever de isenção

90) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, os funcionários e agentes, no exercício da função pública, têm de observar o dever de assiduidade, que consiste em:

- A. Comparecer regular e continuamente ao serviço
- B. Comparecer regular e intermitentemente ao serviço
- C. Comparecer ao serviço de forma como entender
- D. Nenhuma das opções acima

91) Os funcionários e agentes, no exercício da função pública, têm de comparecer ao serviço dentro das horas que lhes forem designadas, aqui trata-se, de acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, do:

- A. Dever de obediência
- B. Dever de pontualidade
- C. Dever de correcção
- D. Dever de sigilo

92) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, os funcionários e agentes, no exercício da função pública, têm o dever de não exercer actividades incompatíveis, que consiste em:

- A. Exercer actividades compatíveis com o desempenho das suas funções
- B. Abster-se do exercício de actividades compatíveis com o desempenho das suas funções
- C. Não desempenhar e abster-se do exercício de actividades incompatíveis com o desempenho das suas funções
- D. Nenhuma das opções acima

93) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, é dever do pessoal de direcção e chefia, ou equiparado, para com os seus subordinados:

- A. Proceder fora do respeito da legalidade
- B. Aplicar o favoritismo
- C. Adoptar formas e atitudes como entender
- D. Proceder dentro do respeito da legalidade e com justiça

94) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, caso não seja exigida a tomada de posse, os funcionários e agentes são disciplinarmente responsáveis perante os seus superiores hierárquicos pelas infracções que cometam:

- A. Desde a data da assinatura do contrato
- B. Desde a data do início de funções
- C. Desde a data da assinatura do contrato ou do início de funções
- D. Nenhuma das opções acima

95) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o acto praticado pelo funcionário ou agente, com violação de algum dos deveres gerais ou especiais a que está vinculado é considerado infracção disciplinar, quando este for:

- A. Facto doloso
- B. Facto negligente
- C. Facto culposo
- D. Nenhuma das opções acima

96) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, consideram-se circunstâncias atenuantes da responsabilidade disciplinar dos funcionários ou agentes:

- A. A confissão expontânea da infracção
- B. A publicidade da infracção
- C. As grandes responsabilidades do cargo exercido
- D. A prestação de mais de 10 anos de serviço

97) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, consideram-se circunstâncias agravantes da responsabilidade disciplinar dos funcionários ou agentes:

- A. O conluio com outros indivíduos para a prática da infracção
- B. A reincidência
- C. A publicidade da infracção quando provocada pelo próprio funcionário ou agente
- D. Todas as opções acima

98) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, é considerada circunstância agravante da responsabilidade disciplinar dos funcionários ou agentes:

- A. A delinquência primária
- B. O facto de ser cometida durante o cumprimento de pena disciplinar
- C. O acatamento bem intencionado de ordem de superior hierárquico, nos casos em que não fosse devida obediência
- D. A ausência de publicidade da infracção

99) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, quanto tempo, entre a formação do desígnio e a prática da infracção é considerado como premeditação, que constitui circunstância agravante da responsabilidade disciplinar dos funcionários ou agentes?

- A. 10 horas
- B. 12 horas
- C. 24 horas
- D. 48 horas

100) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a reincidência, que constitui circunstância agravante da responsabilidade disciplinar dos funcionários ou agentes, dá-se quando:

- A. A infracção é cometida antes de decorrido 1 ano sobre o dia em que tiver findado o cumprimento da pena imposta por virtude de idêntica infracção
- B. A infracção é cometida antes de decorrido 6 meses sobre o dia em que tiver findado o cumprimento da pena imposta por virtude de idêntica infracção
- C. A infracção é cometida antes de decorrido 3 meses sobre o dia em que tiver findado o cumprimento da pena imposta por virtude de idêntica infracção
- D. Nenhuma das opções acima

101) A infracção do trabalhador ou agente cometida depois de decorrido 1 ano sobre o dia em que tiver findado o cumprimento da pena imposta por virtude de idêntica infracção ou de natureza diferente, constitui qual das circunstâncias agravantes definidas no Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor?

- A. A reincidência
- B. A sucessão
- C. A acumulação
- D. A premeditação

102) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a acumulação que constitui uma circunstância agravante da responsabilidade disciplinar, dá-se:

- A. Quando duas ou mais infracções são cometidas na mesma ocasião
- B. Quando uma é cometida antes de ter sido punida a anterior
- C. As opções A ou B
- D. Nenhuma das opções acima

103) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, constitui circunstância dirimente da responsabilidade disciplinar dos trabalhadores:

- A. A coacção física, invencível
- B. A privação accidental e involuntária do exercício das faculdades intelectuais, no momento da prática do acto ilícito
- C. A não exigibilidade de conduta diversa
- D. Todas as opções acima

104) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em relação à responsabilidade disciplinar, a legítima defesa, própria ou alheia constitui:

- A. Circunstância dirimente
- B. Circunstância atenuante
- C. Circunstância agravante
- D. Nenhuma das opções acima

105) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, é excluída a eventual responsabilidade disciplinar do funcionário ou agente que actue no cumprimento de ordens ou instruções emanadas de superior hierárquico e em matéria de serviço, se previamente exigir a sua transmissão ou confirmação por escrito desde que considere:

- A. Que há dúvidas sobre a sua autenticidade
- B. Que são irrazoáveis
- C. Que com evidência se mostra que foram dadas em virtude de errada informação
- D. Que da sua execução se devam reear graves males que o superior não houvesse podido prever

106) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, quando cessa o dever de obediência do funcionário ou agente no cumprimento de ordens ou instruções emanadas de superior hierárquico e em matéria de serviço?

- A. Sempre que o cumprimento das ordens ou instruções implique a prática de qualquer crime
- B. Sempre que o cumprimento das ordens ou instruções implique a prática de crime grave
- C. Sempre que o cumprimento das ordens ou instruções implique a prática de actos ilegais
- D. Nenhuma das opções acima

107) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a responsabilidade disciplinar dos funcionários ou agentes extingue-se:

- A. Por condenação no processo penal
- B. Por prescrição do procedimento disciplinar
- C. Por doença grave
- D. Por indulto

108) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o procedimento disciplinar prescreve passado(s):

- A. 1 ano sobre a data em que a falta houver sido cometida
- B. 2 anos sobre a data em que a falta houver sido cometida
- C. 3 anos sobre a data em que a falta houver sido cometida
- D. 4 anos sobre a data em que a falta houver sido cometida

109) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, qual das penas abaixo indicadas será aplicada sem dependência de processo, mas com prévia audiência do infractor?

- A. A pena de repreensão escrita
- B. A multa
- C. A suspensão de funções
- D. A aposentação compulsiva

110) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o processo disciplinar pode ser comum ou especial, considera-se processo especial:

- A. Processo por infracção directamente constatada
- B. Inquérito
- C. Averiguação
- D. Todas as opções acima

111) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o processo disciplinar tem natureza secreta:

- A. Depois da acusação
- B. Até à acusação
- C. Depois da aplicação da pena
- D. Até à aplicação da pena

112) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em que fase do processo disciplinar o arguido pode constituir advogado?

- A. Depois da acusação
- B. Depois da fase da instrução
- C. Em qualquer fase do processo
- D. Depois da aplicação da pena

113) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, no caso em que um funcionário ou agente tenha cometido várias infracções, com diferentes níveis de gravidade, e que tenham sido instaurados diversos processos, esses:

- A. Serão apensados ao primeiro processo instaurado
- B. Serão apensados ao último processo instaurado
- C. Serão apensados ao da infracção mais leve
- D. Serão apensados ao da infracção mais grave

114) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o funcionário ou agente arguido em processo disciplinar que tenha direito a concorrer a concurso, mesmo que esteja em situação de suspensão preventiva:

- A. Não será admitido ao respectivo concurso
- B. Será admitido ao respectivo concurso
- C. Será admitido ao respectivo concurso, desde que a infracção disciplinar seja leve
- D. Nenhuma das opções acima

115) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a nulidade resultante da falta de audiência do arguido em artigos de acusação, nos quais as infracções sejam suficientemente individualizadas e referidas aos preceitos legais infringidos:

- A. É insuprível
- B. É suprível
- C. É anulável
- D. Não produz efeitos

116) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, as penas aplicáveis aos funcionários e agentes que cometerem infracções disciplinares, tramitam por:

- A. Multa, repreensão escrita, suspensão, aposentação compulsiva e demissão
- B. Repreensão escrita, multa, aposentação compulsiva, suspensão e demissão
- C. Repreensão escrita, multa, suspensão, demissão e aposentação compulsiva
- D. Repreensão escrita, multa, suspensão, aposentação compulsiva e demissão

117) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em relação às penas disciplinares, a afirmação correcta é:

- A. A pena de aposentação compulsiva consiste no afastamento definitivo do funcionário ou agente do serviço.
- B. A pena de suspensão consiste na imposição da passagem do funcionário ou agente à situação de aposentado.
- C. A pena de demissão consiste no afastamento provisório do funcionário ou agente do serviço, fazendo cessar o vínculo funcional.
- D. A pena de repreensão escrita consiste em mero reparo pela infracção praticada.

118) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a pena de suspensão mais leve tem uma duração variável entre:

- A. 241 dias a 1 ano
- B. 121 dias a 240 dias
- C. 10 dias a 120 dias
- D. 10 dias a 240 dias

119) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, para os funcionários e agentes aposentados a pena de aposentação compulsiva:

- A. Será substituída pela perda de pensão correspondente a 20 dias
- B. Será substituída pela perda do direito à pensão por um período de 2 anos
- C. Será substituída pela suspensão do abono da pensão por um período de 4 anos
- D. Nenhuma das opções acima

120) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, salvo disposição em contrário no referido Estatuto, a pena de suspensão prescreve no prazo seguinte, contado da data em que a decisão se tornou irrecorrível:

- A. 2 anos
- B. 3 anos
- C. 4 anos
- D. 5 anos

121) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, salvo disposição em contrário no referido Estatuto, a pena de demissão prescreve no prazo seguinte, contado da data em que a decisão se tornou irrecorrível:

- A. 2 anos
- B. 3 anos
- C. 4 anos
- D. 5 anos

122) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, quando é que as penas disciplinares produzem efeitos?

- A. A partir da data em que é iniciada a sua execução.
- B. A partir da data em que é concluída a sua execução.
- C. A partir da data em que é tomada a decisão.
- D. A partir da data da publicação da decisão no Boletim Oficial na Região Administrativa Especial de Macau.

123) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a pena de suspensão determina:

- A. A perda da faculdade de gozar férias no período de 6 meses contado do termo do cumprimento da pena.
- B. A impossibilidade do exercício do cargo ou função, com suspensão do vínculo respectivo.
- C. A perda do direito à assistência médica.
- D. A perda do direito à percepção dos subsídios de família e residência.

124) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, os funcionários ou agentes aposentados compulsivamente serão imediatamente afastados do serviço. Depois de quanto tempo a partir da data da notificação da pena irão receber a respectiva pensão?

- A. Decorridos 6 meses
- B. Decorridos 8 meses
- C. Decorrido 1 ano
- D. Decorridos 18 meses

125) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a pena de demissão importa:

- A. A impossibilidade de progressão e acesso durante 2 anos.
- B. A perda do direito dos funcionários e agentes à assistência médica e à percepção dos subsídios de família e residência.
- C. A perda de todos os direitos de funcionário ou agente.
- D. Nenhuma das opções acima.

126) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, por faltas leves, que não tenham trazido prejuízo ou descrédito para o serviço será aplicável:

- A. A pena de demissão
- B. A pena de repreensão escrita
- C. A pena de multa
- D. A pena de suspensão

127) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, quanto às penas disciplinares, a circunstância que determina a aplicação da pena de multa é:

- A. Na arrumação dos livros e documentos a seu cargo não observarem a ordem estabelecida superiormente ou que na escrituração cometerem erros por negligência.
- B. Deixarem de cumprir ordens dos superiores hierárquicos, sem consequências importantes.
- C. Não usarem de correcção para com os superiores hierárquicos, subordinados, colegas ou para com o público.
- D. Todas as opções acima

128) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, qual é a pena aplicada aos funcionários e agentes, se estes deixarem de participar às autoridades competentes infracções graves, cometidas por subordinado, de que tiverem conhecimento no exercício das suas funções?

- A. A pena de suspensão fixada entre 121 a 240 dias
- B. A pena de suspensão fixada entre 10 a 120 dias
- C. A pena de suspensão fixada entre 241 a 1 ano
- D. A pena de aposentação compulsiva ou demissão.

129) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, qual dos actos abaixo indicados determina a aplicação, ao autor, da pena de aposentação compulsiva ou demissão?

- A. Casos de negligência e de má compreensão dos deveres funcionais.
- B. Comparência ao serviço em estado de embriaguez ou sob o efeito de estupefacientes ou drogas equiparadas.
- C. A prática, no exercício das suas funções, de actos manifestamente ofensivos das instituições e princípios constitucionais.
- D. Ausência ao serviço, sem justificação, de 5 dias seguidos, num mesmo ano civil.

130) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em relação aos funcionários ou agentes que revelem comprovada incompetência profissional, são aplicados a pena de:

- A. Repreensão escrita
- B. Multa
- C. Suspensão
- D. Aposentação compulsiva ou demissão

131) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em relação às penas disciplinares, havendo reincidência, a pena a aplicar, quando igual ou superior a multa:

- A. Os funcionários ou agentes não serão afectados.
- B. Será obrigatoriamente agravada para a pena de escalão imediatamente superior.
- C. Poderá ser agravada para a pena de escalão imediatamente superior.
- D. Nenhuma das opções acima.

132) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em situações legalmente definidas, a pena disciplinar pode ser suspensa e o tempo de suspensão, contando-se estes prazos desde a data da notificação ao arguido da respectiva decisão, não pode:

- A. Ser inferior a 1 ano
- B. Ser superior a 3 anos
- C. Ser inferior a 1 ano nem superior a 3 anos
- D. Nenhuma das opções acima

133) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, salvo situações necessárias de arquivamento, em que circunstâncias em que a entidade competente pode instaurar o processo disciplinar?

- A. Logo que seja recebido auto
- B. Logo que seja recebida participação
- C. Logo que seja recebida queixa
- D. Todas as opções acima

134) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, qual das circunstâncias abaixo indicadas impede de exercer a função de instrutor?

- A. Ter sido, directa ou indirectamente, ofendido ou prejudicado pela infracção.
- B. Haver inimizade grave entre o arguido e o instrutor.
- C. Estar pendente em tribunal processo em que o instrutor e o arguido ou o participante sejam partes.
- D. Todas as opções acima

135) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, no processo disciplinar, a instrução compreende todo o conjunto de averiguações e diligências destinadas a:

- A. Apurar a existência de uma infracção disciplinar
- B. Determinar os seus agentes e a responsabilidade deles
- C. Recolher todas as provas em ordem a proferir uma decisão fundamentada
- D. Todas as opções acima

136) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, por infracção punível com que pena podem os arguidos ser preventivamente suspensos do exercício das suas funções?

- A. Repreensão escrita
- B. Pena de multa
- C. Pena de suspensão de 121 a 240 dias
- D. Nenhuma das opções acima

137) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em que circunstâncias o instrutor deve propor o arquivamento do processo disciplinar?

- A. Quando os factos constantes dos autos constituírem infracção disciplinar
- B. Quando o arguido for o agente da infracção
- C. Quando não se puder exigir responsabilidade disciplinar por virtude de prescrição ou outro motivo
- D. Quando a infracção disciplinar constituir crime

138) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em relação à decisão final proferida em processo disciplinar, o agente pode interpor:

- A. Audiência escrita
- B. Recurso contencioso
- C. Acção cível
- D. Acção penal

139) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em relação ao processo disciplinar, qual das circunstâncias abaixo indicadas constitui fundamento para a revisão do processo disciplinar?

- A. A simples alegação de ilegalidade, da forma, do processo
- B. A simples alegação de ilegalidade, do fundo, do processo
- C. A simples alegação de ilegalidade, de forma ou de fundo, da pena aplicada
- D. Nenhuma das opções acima

140) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, concedida a revisão do processo disciplinar, quanto tempo o novo instrutor nomeado dará ao interessado para preparar a resposta por escrito?

- A. Em prazo não inferior a 5 nem superior a 10 dias
- B. Em prazo não inferior a 5 nem superior a 20 dias
- C. Em prazo não inferior a 10 nem superior a 20 dias
- D. Em prazo não inferior a 10 nem superior a 30 dias

141) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, depois de quanto tempo após a aplicação ou cumprimento da pena, o interessado ou seu representante pode requerer a reabilitação?

- A. 1 ano
- B. 2 anos
- C. 3 anos
- D. 5 anos

142) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em relação à reabilitação, de entre as afirmações abaixo indicadas, qual é a afirmação correcta?

- A. A reabilitação faz cessar as incapacidades e demais efeitos da condenação ainda subsistentes.
- B. A concessão da reabilitação atribui ao indivíduo a quem tenha sido aplicada pena de aposentação compulsiva o direito de reocupar, por esse facto, um lugar ou cargo na Administração.
- C. Os indivíduos a que tenha sido aplicada pena de demissão, seja qual for o tempo de serviço prestado, podem, na reabilitação, requerer a conversão da demissão para a aposentação compulsiva.
- D. Os funcionários ou agentes a que tenha sido aplicada qualquer pena será apenas concedida a reabilitação através da revisão do processo disciplinar.

Respostas

Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, vigente		
Perguntas	Respostas	Legislação
1	B	N.º 1 do artigo 1.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
2	A	N.º 1 do artigo 2.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
3	C	N.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau e n.º 4 do Anexo IV da Lei de Reunificação
4	C	N.º 3 do artigo 8.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
5	A	N.º 5 do artigo 8.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
6	B	Alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
7	D	N.º 2 do artigo 10.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
8	A	N.º 1 do artigo 11.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
9	D	Alínea c), e) e a) do n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
10	A	Artigo 14.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
11	D	A primeira parte do artigo 15.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
12	A	N.º 2 do artigo 16.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
13	A	N.º 1 do artigo 17.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
14	B	N.º 2 do artigo 17.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
15	B	N.º 1 do artigo 18.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
16	B	N.º 2 do artigo 18.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
17	C	N.º 1 do artigo 22.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau

Respostas

Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, vigente		
Perguntas	Respostas	Legislação
18	D	Artigo 31.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
19	C	N.º 3 do artigo 35.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
20	A	Alínea a) do n.º 1 do artigo 36.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
21	A	N.º 1 do artigo 39.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
22	C	N.º 1 do artigo 77.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
23	D	N.º 5 do artigo 78.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
24	D	N.º 4 do artigo 78.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
25	A	N.º 3 do artigo 80.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
26	C	N.º 1 do artigo 81.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
27	C	N.º 7 do artigo 83.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
28	D	N.º 1 do artigo 90.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
29	D	N.º 2 do artigo 90.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
30	A	N.º 2 e 3 do artigo 91.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
31	B	N.º 1 e 2 do artigo 92.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
32	A	N.º 3 do artigo 93.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
33	C	N.º 1 do artigo 94.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
34	B	Artigo 95.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau

Respostas

Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, vigente		
Perguntas	Respostas	Legislação
35	A	N.º 4 do artigo 96.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
36	D	N.º 6 do artigo 97.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
37	B	N.º 1 do artigo 99.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
38	A	Alínea b) do artigo 100.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
39	B	N.º 2 do artigo 101.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
40	D	N.º 1 e 2 do artigo 102.º e n.º 1 do artigo 103.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
41	B	Alínea b) do n.º 1 do artigo 104.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
42	A	N.º 3 do artigo 105.º e n.º 1 do artigo 106.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
43	C	Alínea a) do n.º 1 do artigo 107.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
44	A	N.º 1 do artigo 79.º-C do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
45	D	N.º 1 do artigo 79.º-C do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
46	D	N.º 1 do artigo 111.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
47	A	N.º 2 do artigo 111.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
48	A	N.º 1 do artigo 112.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
49	D	N.º 3 do artigo 113.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
50	D	Artigo 114.º, n.º 1 do artigo 115.º e n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
51	A	N.º 2 do artigo 117.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau

Respostas

Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, vigente		
Perguntas	Respostas	Legislação
52	D	Artigo 119.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
53	B	N.º 2 do artigo 125.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
54	A	N.º 2 do artigo 130.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
55	B	N.º 2 do artigo 131.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
56	D	N.º 1 do artigo 137.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
57	A	N.º 6 do artigo 137.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
58	C	N.º 1 do artigo 138.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
59	D	N.º 1 do artigo 147.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
60	C	N.º 1 do artigo 155.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
61	D	Alínea a), b) e c) do artigo 156.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
62	B	N.º 2 do artigo 157.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
63	C	Artigo 175.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
64	A	N.º 1 do artigo 176.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
65	A	N.º 6 do artigo 184.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
66	D	N.º 2 do artigo 79.º-A do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
67	B	N.º 1 do artigo 79.º-H do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
68	A	N.ºs 1 e 2 do artigo 79.º-I do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau

Respostas

Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, vigente		
Perguntas	Respostas	Legislação
69	B	N.º 2 do artigo 79.º-I do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
70	B	N.º 2 do artigo 79.º-I do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
71	C	N.º 5 do artigo 79.º-I do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
72	C	N.º 1 do artigo 79.º-E do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
73	C	N.º 1 do artigo 233.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
74	C	N.º 1 do artigo 261.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
75	B	Alínea c) do n.º 1 do artigo 262.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
76	A	Alínea a) do n.º 1 do artigo 263.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
77	A	N.º 1 do artigo 264.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
78	D	Alínea a), b) e d) do n.º 1 do artigo 270.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
79	B	N.º 1 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
80	D	Alínea a), b), c), e), g) e h) do n.º 2 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
81	C	N.º 3 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
82	A	N.º 3 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
83	A	N.º 4 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
84	B	N.º 4 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
85	C	N.º 4 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau

Respostas

Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, vigente		
Perguntas	Respostas	Legislação
86	D	N.º 5 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
87	B	N.º 6 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
88	D	N.º 7 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
89	B	N.º 8 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
90	A	N.º 9 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
91	B	N.º 10 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
92	C	N.º 11 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
93	D	N.º 12 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
94	C	N.º 1 do artigo 280.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
95	C	Artigo 281.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
96	A	Alínea b) do artigo 282.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
97	D	Alínea d), f) e i) do n.º 1 do artigo 283.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
98	B	Alínea e) do n.º 1 do artigo 283.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
99	C	N.º 2 do artigo 283.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
100	A	N.º 3 do artigo 283.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
101	B	N.º 4 do artigo 283.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
102	C	N.º 5 do artigo 283.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau

Respostas

Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, vigente		
Perguntas	Respostas	Legislação
103	D	Alínea a), b) e d) do artigo 284.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
104	A	Alínea c) do artigo 284.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
105	D	Alínea d) do n.º 1 do artigo 285.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
106	A	N.º 4 do artigo 285.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
107	B	N.º 1 do artigo 286.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
108	C	N.º 1 do artigo 289.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
109	A	N.º 2 do artigo 291.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
110	D	N.º 1 do artigo 292.º e Secção I, III e IV do Capítulo V do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
111	B	N.º 1 do artigo 294.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
112	C	N.º 1 do artigo 295.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
113	D	A primeira parte do n.º 1 do artigo 296.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
114	B	N.º 1 do artigo 297.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
115	A	N.º 1 do artigo 298.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
116	D	N.º 1 do artigo 300.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
117	D	Artigo 301.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
118	C	N.º 2 do artigo 303.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
119	B	N.º 2 do artigo 306.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau

Respostas

Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, vigente		
Perguntas	Respostas	Legislação
120	B	Alínea b) do artigo 307.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
121	D	Alínea c) do artigo 307.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
122	A	Artigo 308.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
123	B	N.º 1 do artigo 309.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
124	D	N.º 2 do artigo 310.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
125	C	Artigo 311.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
126	B	Artigo 312.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
127	D	Alínea a), b) e d) do n.º 2 do artigo 313.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
128	A	Alínea i) do n.º 2 e n.º 3 do artigo 314.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
129	C	Alínea c) do n.º 2 do artigo 315.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
130	D	Alínea g) do n.º 2 do artigo 315.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
131	B	N.º 3 do artigo 316.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
132	C	N.º 2 do artigo 317.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
133	D	N.º 1 do artigo 325.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
134	D	Alínea a), e) e c) do n.º 1 do artigo 327.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
135	D	N.º 1 do artigo 329.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
136	D	N.º 1 do artigo 331.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau

Respostas

Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, vigente		
Perguntas	Respostas	Legislação
137	C	N.º 1 do artigo 332.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
138	B	Artigo 340.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
139	D	N.º 3 do artigo 344.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
140	C	Artigo 346.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
141	B	Alínea b) do n.º 3 do artigo 349.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
142	A	N.º 4 do artigo 349.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau

1) Salvo disposição em contrário, o Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, não é aplicável aos trabalhadores providos:

- A. Ao abrigo de estatutos privativos de pessoal ou para servirem como consultores ou em funções técnicas especializadas; para desempenharem funções nas Delegações da RAEM no exterior, nos termos da legislação do local onde se encontra sediada a Delegação
- B. Para desempenharem funções que, pela sua natureza ou especificidade, sejam reguladas por diploma próprio
- C. Em empresas ou associações públicas, ou sociedades com capital total ou parcialmente público
- D. Todas as acima referidas

2) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, a definição “a que corresponde a áreas de actividade comuns dos serviços públicos ou a funções específicas próprias de um ou mais serviço”, corresponde a qual das seguintes opções?

- A. Carreira geral
- B. Carreira especial
- C. Carreira vertical
- D. Carreira horizontal

3) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, qual das seguintes definições é a correcta para “carreira vertical”?

- A. A que corresponde a áreas de actividade comuns dos serviços públicos ou a funções específicas próprias de um ou mais serviços
- B. O conjunto de posições salariais em que a progressão corresponde a uma maior experiência na execução das tarefas que integram o respectivo conteúdo funcional, sem alteração significativa da sua complexidade
- C. A sucessão de categorias com idêntico conteúdo funcional a que correspondem tarefas gradativamente mais exigentes em termos de complexidade e responsabilidade
- D. A que corresponde a funções específicas de um ou mais serviços públicos, com posicionamento, desenvolvimento ou requisitos habitacionais e profissionais próprios, em razão da especialidade do seu conteúdo funcional

4) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, a definição “o conjunto de posições salariais em que a progressão corresponde a uma experiência na execução das tarefas que integram o respectivo conteúdo funcional, sem alteração significativa da sua complexidade”, refere-se a uma das opções seguintes. Indique qual:

- A. Carreira geral
- B. Carreira especial
- C. Carreira vertical
- D. Carreira horizontal

- 5) **Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, a definição “o conjunto do pessoal definido com base na caracterização genérica do respectivo conteúdo funcional”, refere-se a uma das opções seguintes. Qual é a correcta?**
- A. Grupo de pessoal
 - B. Carreira geral
 - C. Carreira especial
 - D. Nível
- 6) **Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, a definição “conjunto de funções que, por terem um ou mais elementos comuns, permitem a tipificação de uma actividade”, refere-se a uma das opções seguintes. Qual?**
- A. Área funcional
 - B. Conteúdo funcional
 - C. Nível
 - D. Grau

- 7) **Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, a definição “conjunto de tarefas genericamente executadas pelo pessoal inserido numa determinada carreira”, corresponde a uma das opções seguintes. Qual?**
- A. Área funcional
 - B. Conteúdo funcional
 - C. Nível
 - D. Grau
- 8) **Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, “o posicionamento gradual de funções de acordo com a sua complexidade e exigências de formação académica, profissional e outra”, é a definição correcta de uma das opções seguintes. Indique qual?**
- A. Escalão
 - B. Grau
 - C. Conteúdo funcional
 - D. Nível

9) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, a definição “cada uma das categorias que integram uma carreira vertical, sucessivamente ordenada de acordo com a complexidade das tarefas que lhe correspondem”, refere-se a uma das opções seguintes. Qual?

- A. Escalão
- B. Grau
- C. Acesso
- D. Progressão

10) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, a definição “a posição salarial dentro de um grau ou de uma carreira horizontal”, refere-se a qual das seguintes opções?

- A. Escalão
- B. Grau
- C. Nível
- D. Carreira

11) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, “a mudança de grau numa carreira vertical”, refere-se a uma das opções seguintes. Qual?

- A. Escalão
- B. Grau
- C. Acesso
- D. Progressão

12) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, “a mudança de escalão numa carreira horizontal ou dentro de um grau de uma carreira vertical”, é a definição correcta de qual das seguintes opções?

- A. Escalão
- B. Grau
- C. Acesso
- D. Progressão

13) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, a qual dos seguintes serviços da Administração compete definir o contudo funcional das carreiras gerais e especiais que sejam comuns a vários serviços públicos?

- A. Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública
- B. Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça
- C. Ministério Público
- D. Comissariado da Auditoria

14) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, o ingresso faz-se, em regra, nas carreiras verticais em que escalão e grau?

- A. 1.º escalão do grau I
- B. 1.ª categoria do grau II
- C. 1.º escalão do grau II
- D. 2.º escalão do grau I

15) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, nas carreiras verticais, a menção obtida na avaliação de desempenho durante o tempo de permanência num escalão para progressão ao imediato deve ser não inferior a:

- A. Excelente
- B. Satisfaz Muito
- C. Satisfaz
- D. Satisfaz Pouco

16) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, nas carreiras verticais, para os escalões do último grau, qual é o tempo de permanência num escalão, com menção «Satisfaz » na avaliação de desempenho, para progressão ao escalão imediato ,?

- A. 3 anos
- B. 8 anos
- C. 9 anos
- D. 5 anos

17) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, nas carreiras verticais, qual é o tempo de permanência num escalão para progressão ao imediato (excepto para os escalões do último grau), com menção «Satisfaz» na avaliação de desempenho?

- A. 1 ano
- B. 2 anos
- C. 3 anos
- D. 4 anos

18) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, nas carreiras horizontais, uma das opções seguintes, relativas ao tempo de permanência num escalão para progressão ao imediato, com menção «Satisfaz» na avaliação de desempenho não está correcta. Indique qual.

- A. 1 ano, para o 2.º escalão
- B. 3 anos, para o 3.º e 4.º escalões
- C. 4 anos, para o 5.º e 6.º escalões
- D. 5 anos, para o 7.º, 8.º, 9.º e 10.º escalões

19) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, salvo disposição em contrário, o acesso para o último grau de cada carreira depende da permanência de quantos anos no grau imediatamente inferior da carreira e da menção não inferior a que grau na avaliação do desempenho?

- A. 9 anos, com menção não inferior a «Satisfaz» na avaliação do desempenho, ou 8 anos com menção não inferior a «Satisfaz Muito»
- B. 10 anos, com menção não inferior a «Satisfaz» na avaliação do desempenho, ou 9 anos com menção não inferior a «Satisfaz Muito»
- C. 8 anos, com menção não inferior a «Satisfaz» na avaliação do desempenho, ou 7 anos com menção não inferior a «Satisfaz Muito»
- D. 8 anos, com menção não inferior a «Satisfaz» na avaliação do desempenho, ou 7 anos com menção não inferior a «Excelente»

20) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, cabe a um dos serviços seguintes poder definir ou alterar as áreas funcionais das carreiras de operário qualificado e auxiliar, sob proposta dos serviços. Indique qual.

- A. Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública
- B. Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça
- C. Assembleia Legislativa
- D. Gabinete do Secretário para a Administração e Justiça

21) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, as carreiras especiais inserem-se em quais das seguintes áreas de actividade?

- A. Correios, educação e estatística
- B. Comércio, interpretação e tradução e inspecção
- C. Jardinagem, meteorologia e engenharia civil
- D. Saúde, agricultura e meteorologia

22) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, as carreiras especiais inserem-se em quais das seguintes áreas de actividade?

- A. Redacção de línguas, comércio e saúde
- B. Segurança, serviços portuários e telecomunicações
- C. Topografia, transporte e engenharia civil
- D. Meteorologia, serviços portuários e arte

23) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, as carreiras especiais inseridas em determinadas áreas de actividade regem-se por diplomas próprios. Indique em quais.

- A. Educação e segurança
- B. Saúde e justiça
- C. Redacção de línguas e registos e notariado
- D. Todas as acima referidas

24) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos,

em vigor, a criação de carreiras especiais deve ser justificada com:

- A. Análise de funções
- B. Especialidade do conteúdo funcional, da área funcional, dos requisitos de ingresso, do desenvolvimento da carreira, dos requisitos habilitacionais ou profissionais, e da exigência de capacidades e competências
- C. Impossibilidade de recurso a carreiras gerais
- D. Todos os acima referidos

25) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos,

em vigor, que cargo pode ser criado desde que se verifique a coordenação de pelo menos 10 trabalhadores ou a complexidade da coordenação seja devidamente comprovada?

- A. Chefia funcional
- B. Chefe
- C. Chefe de secção
- D. Chefe de divisão

26) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, o montante da remuneração acessória mensal para a elaboração de diplomas pode variar entre que percentagens do índice 100 da tabela indiciária?

- A. Entre 40% a 100%
- B. Entre 50% a 100%
- C. Entre 50% a 80%
- D. Entre 70% a 90%

27) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, o montante da remuneração acessória mensal para a tradução jurídica por escrito corresponde a quanto do índice 100 da tabela indiciária, em termos percentuais?

- A. 20%
- B. 30%
- C. 40%
- D. 50%

28) De acordo com o Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços

Públicos, em vigor, a habilitação profissional:

- A. deve ser adequada ao exercício das funções
- B. é adquirida em cursos de formação ou através de certificado de qualificação profissional emitido pelos serviços públicos
- C. A ou B
- D. A e B

29) De acordo com o Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços

Públicos, em vigor, as funções do técnico superior são de:

- A. concepção
- B. aplicação
- C. execução
- D. direcção

30) De acordo com o Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços

Públicos, em vigor, as funções do técnico de apoiosão de:

- A. direcção
- B. concepção
- C. aplicação
- D. execução

31) De acordo com o vigente Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços

Públicos em vigor, as funções de estudo e aplicação de métodos e processos de natureza técnica, com autonomia e responsabilidade, enquadradas em planificação estabelecida, requerendo uma especialização e conhecimentos profissionais adquiridos através de habilitação académica de nível de bacharelato constituem a caracterização genérica do conteúdo funcional de qual dos seguintes grupos de pessoal?

- A. Técnico superior
- B. Técnico
- C. Técnico de apoio
- D. Operário

32) De acordo com o Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, as funções de natureza executiva de aplicação técnica com base no conhecimento ou adaptação de métodos e processos, enquadrados em directivas bem definidas, exigindo conhecimento técnicos, teóricos e práticos obtidos através de habilitação literária de nível do ensino secundário complementar constituem a caracterização genérica do conteúdo funcional de qual dos seguintes grupos de pessoal?

- A. Operário
- B. Técnico
- C. Técnico de apoio
- D. Técnico superior

33) De acordo com o Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, as funções de natureza executiva de carácter manual ou mecânico, de actividades produtivas e de reparação ou manutenção, com graus de complexidade variáveis, enquadradas em instruções gerais bem definidas, requerendo habilitação profissional ou respectiva experiência de trabalho constituem a caracterização genérica do conteúdo funcional de qual dos seguintes grupos de pessoal?

- A. Técnico
- B. Técnico de apoio
- C. Operário
- D. Técnico superior

34) De acordo com o Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, qual das seguintes carreiras não pertence ao grupo de técnico de apoio?

- A. Assistente de relações públicas
- B. Assistente técnico administrativo
- C. Oficial de exploração postal
- D. Operário qualificado

Respostas

Lei n.º 14/2009 (Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017		
Perguntas	Respostas	Legislação
1	D	N.º 4 do artigo 1.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
2	A	Alínea 1) do artigo 2.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
3	C	Alínea 3) do artigo 2.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
4	D	Alínea 4) do artigo 2.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
5	A	Alínea 5) do artigo 2.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
6	A	Alínea 6) do artigo 2.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
7	B	Alínea 7) do artigo 2.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
8	D	Alínea 8) do artigo 2.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
9	B	Alínea 9) do artigo 2.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
10	A	Alínea 10) do artigo 2.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
11	C	Alínea 11) do artigo 2.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
12	D	Alínea 12) do artigo 2.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
13	A	N.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
14	A	N.º 3 do artigo 12.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
15	C	N.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
16	D	Alínea 1) do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017

Respostas

Lei n.º 14/2009 (Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017		
Perguntas	Respostas	Legislação
17	B	Alínea 2) do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
18	A	Alínea 1) do n.º 2 do artigo 13.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
19	A	Alínea 1) do n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
20	A	N.º 2 do artigo 18.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
21	A	Alíneas 1) a 3) do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
22	B	Alíneas 13) a 15) do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
23	D	N.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
24	D	N.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
25	A	N.º 1 do artigo 51.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
26	B	N.º 4 do artigo 54.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
27	D	N.º 5 do artigo 54.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
28	D	N.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
29	A	Mapa 2 do Anexo I à Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
30	D	Mapa 2 do Anexo I à Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
31	B	Mapa 2 do Anexo I à Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
32	C	Mapa 2 do Anexo I à Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017

Respostas

Lei n.º 14/2009 (Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017		
Perguntas	Respostas	Legislação
33	C	Mapa 2 do Anexo I à Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
34	D	Mapa 2 do Anexo I à Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017

- 1) **Para efeitos do actual Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos, consideram-se serviços públicos os órgãos e serviços da Administração Pública, incluindo:**
- A. Os fundos autónomos, os institutos públicos
 - B. O Gabinete do Chefe do Executivo, os Gabinetes e serviços administrativos de apoio aos titulares dos principais cargos
 - C. Os Serviços de Apoio à Assembleia Legislativa, o Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância e o Gabinete do Procurador
 - D. Todas as opções acima
- 2) **Sem prejuízo da aplicação de regimes especiais, o actual Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Público, é aplicável aos trabalhadores providos em que regime?**
- A. Contrato de Trabalho
 - B. Contrato Além do Quadro
 - C. Contrato de Assalariamento
 - D. Comissão de serviço
- 3) **O disposto no Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, não é aplicável aos trabalhadores em que situação?**
- A. Ao abrigo de estatutos privativos de pessoal
 - B. Para servirem como consultores ou em funções técnicas especializadas
 - C. Para satisfação de necessidades temporárias ou urgentes
 - D. Nenhuma das opções acima

4) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, quais as modalidades que o contrato de trabalho nos serviços públicos reveste?

- A. Contrato Além do Quadro e Contrato Individual de Trabalho
- B. Contrato Administrativo de Provimento e Contrato de Assalariamento
- C. Contrato Administrativo de Provimento e Contrato Individual de Trabalho
- D. Contrato Além do Quadro e Contrato de Assalariamento

5) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, salvo as situações previstas, o provimento de trabalhadores para o exercício de funções nos serviços públicos por contrato é efectuado na modalidade de

- A. Contrato Além do Quadro
- B. Contrato de Assalariamento
- C. Contrato Administrativo de Provimento
- D. Contrato Individual de Trabalho

6) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, em que situações pode o trabalhador ser provido em regime de contrato individual de trabalho?

- A. Providos ao abrigo de estatutos privativos de pessoal
- B. Em empresas ou associações públicas, ou sociedades com capital total ou parcialmente público
- C. Para desempenharem funções que, pela sua natureza ou especificidade, sejam reguladas por diploma próprio
- D. Para servirem como consultores ou em funções técnicas especializadas e para satisfação de necessidades temporárias ou urgentes

7) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, a alteração e a renovação do contrato administrativo de provimento, adiante designado por CAP, são feitas mediante:

- A. Aprovação por escrito pelo dirigente do serviço a que pertence
- B. Novo CAP assinado pelos outorgantes
- C. Averbamento assinado pelos outorgantes
- D. Aprovação por despacho do Chefe do Executivo

8) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, o período experimental tem a duração de:

- A. 3 meses
- B. 6 meses
- C. 9 meses
- D. 12 meses

- 9) **De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, salvo disposições previstas, o contrato administrativo de provimento é celebrado por prazo não superior a:**
- A. 6 meses
 - B. 1 ano
 - C. 18 meses
 - D. 2 anos
- 10) **De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, ao trabalhador que tenha dois anos de tempo de serviço em contrato administrativo de provimento, adiante designado por CAP, e tenha obtido nas avaliações do desempenho duas menções consecutivas não inferiores a «Satisfaz Muito», o CAP deste trabalhador é alterado para:**
- A. CAP sem termo
 - B. CAP com prazo não definido
 - C. CAP de longa duração, cujo prazo é de três anos
 - D. CAP de média duração

11) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, o trabalhador que tenha três anos de tempo de serviço em contrato administrativo de provimento, adiante designado por CAP, de longa duração e tenha obtido nas avaliações do desempenho duas menções consecutivas não inferiores a «Satisfaz Muito», o CAP deste trabalhador é alterado para:

- A. CAP sem termo
- B. CAP com prazo não definido
- C. CAP com prazo definido
- D. CAP com termo

12) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, a renovação do contrato administrativo de provimento de longa duração é por um prazo de:

- A. 1 ano
- B. 2 anos
- C. 3 anos
- D. 4 anos

13) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, e além das disposições da presente lei, que outras disposições se aplicam também aos trabalhadores providos por contrato administrativo de provimento?

- A. Lei das Relações de Trabalho
- B. Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau
- C. Estatuto dos Funcionários de Justiça
- D. Regime Jurídico da Função Pública

14) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, se o contrato administrativo de provimento, adiante designado por CAP, sem termo tiver cessado por iniciativa do trabalhador ou por mútuo acordo, o trabalhador pode requerer, dentro de quantos anos seguintes à data da cessação do CAP, no último serviço público onde exerceu funções, novo provimento por CAP?

- A. 1 ano
- B. 2 anos
- C. 3 anos
- D. 4 anos

15) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, para além de ser autorizado pela entidade tutelar do serviço público, a recontração pode ser autorizada desde que se verifiquem cumulativamente quais dos seguintes requisitos?

- A. Existe necessidade de pessoal e vaga na dotação do pessoal fora do quadro desse serviço público
- B. O requerente obteve menções não inferiores a «Satisfaz Muito» na avaliação do desempenho durante o período de cinco anos imediatamente anteriores à data da cessação do CAP
- C. O requerente não exerceu quaisquer funções públicas após a cessação do CAP
- D. Todos as opções acima

16) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, o trabalhador provido em regime de contrato administrativo de provimento pode mudar para serviço público diverso daquele onde exerce funções, para a mesma carreira, categoria e escalão, sem recurso ao regime de concurso, desde que o tempo de serviço prestado ininterruptamente, à data da proposta de mobilidade, nessa carreira no serviço público de origem seja igual ou superior a quantos anos?

- A. 2
- B. 3
- C. 4
- D. 5

17) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, a proposta de mobilidade que é apresentada por iniciativa do serviço público interessado à entidade tutelar para a autorização deve ser acompanhada de documentos. Indique quais:

- A. Consentimento escrito ou requerimento do trabalhador
- B. Parecer favorável do serviço público de origem
- C. Parecer da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, adiante designada por SAFP, tendo em conta a existência de vaga na dotação do pessoal fora do quadro do serviço público interessado
- D. Todos as opções acima

18) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, uma das seguintes situações não pertence à forma de cessação prevista para o contrato administrativo de provimento:

- A. Por mútuo acordo
- B. Rescisão
- C. Por iniciativa de uma das partes
- D. Caducidade

19) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, em qual das seguintes situações pode o serviço público determinar a cessação do contrato administrativo de provimento?

- A. Se nos termos do regime disciplinar ou da lei penal é aplicada ao trabalhador pena que implique a cessação de funções
- B. Se cessa o exercício de funções em virtude da avaliação do desempenho
- C. Se o trabalhador obteve menção «Não Satisfaz» em avaliação de desempenho durante o período experimental ou se a cessação de funções é a consequência imposta pelo regime de estágio ou curso de formação inicial
- D. Todas as opções acima

20) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, o serviço público pode, após obter autorização da respectiva entidade tutelar, determinar a cessação do contrato administrativo de provimento, mediante comunicação escrita entregue ao trabalhador, com uma antecedência mínima de quantos dias?

- A. 30 dias
- B. 60 dias
- C. 90 dias
- D. 120 dias

21) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, o trabalhador deve comunicar por escrito a sua intenção de cessação do contrato administrativo de provimento ao serviço a que pertence com uma antecedência mínima de quantos dias?

- A. 120 dias
- B. 90 dias
- C. 60 dias
- D. 30 dias

22) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, em qual das seguintes situações caduca o contrato administrativo de provimento?

- A. Quando o trabalhador atingir o limite de idade para o exercício de funções públicas
- B. Se o trabalhador sofrer de incapacidade permanente e absoluta para o exercício das suas funções
- C. Em caso de mobilidade, na data de início de funções ao abrigo do novo CAP
- D. Todas as opções acima

23) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, a contratação de trabalhadores, na RAEM ou no exterior, para servirem como consultores ou em funções técnicas especializadas, só é admitida em situações de escassez de profissionais ou por virtude da especial qualificação profissional do trabalhador a contratar e deve ser provido em que regime?

- A. Contrato Administrativo de Provimento
- B. Contrato Individual de Trabalho
- C. Contrato Além do Quadro
- D. Contrato de Assalariamento

24) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, o provimento por contrato individual de Trabalho depende de:

- A. Autorização da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública
- B. Autorização da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça
- C. Autorização do Chefe do Executivo
- D. Autorização da Secretária para a Administração e Justiça

25) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, sem prejuízo de outras disposições, o contrato para provimento de trabalhador para satisfação de necessidades temporárias ou urgentes é celebrado por um prazo não superior a:

- A. 1 ano
- B. 18 meses
- C. 2 anos
- D. 3 anos

26) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, a renovação do contrato de trabalhador para a satisfação de necessidades temporárias ou urgentes é excepcionalmente admitida em quais das seguintes situações?

- A. Acidente grave
- B. Calamidade
- C. Caso de força maior
- D. Todas as opções acima

27) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, o serviço público não pode celebrar novo contrato individual de trabalho, adiante designado por CIT com o mesmo trabalhador durante o prazo de quantos meses após a cessação do CIT?

- A. 1 mês
- B. 3 meses
- C. 6 meses
- D. 9 meses

28) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, quais os regimes constantes de legislação que são aplicados aos trabalhadores providos em contrato individual de trabalho, adiante designado por CIT?

- A. Os regimes constantes de legislação que prevê expressamente a sua aplicação a trabalhadores dos serviços públicos contratados por CIT
- B. As cláusulas do respectivo CIT
- C. Subsidiariamente o regime jurídico da função pública
- D. Todas as opções acima

29) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, qual dos seguintes trabalhadores contratados está sujeito ao regime disciplinar previsto no Título VI do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, adiante designado por ETAPM, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 87/89/M, de 21 de Dezembro?

- A. O trabalhador contratado pelas empresas públicas
- B. O trabalhador contratado para satisfação de necessidades temporárias ou urgentes
- C. O trabalhador contratado para servir como consultor ou em funções técnicas especializadas
- D. Todas as opções acima

30) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, o trabalhador que à data da entrada em vigor da Lei n.º12/2015 esteja provido em regime de contrato além do quadro ou contrato de assalariamento com duração previamente fixada é considerado provido em qual dos seguintes regimes?

- A. Contrato individual de trabalho
- B. Contrato administrativo de provimento
- C. Contrato de prestação de serviço
- D. Contrato de concessão

Respostas

Lei n.º 12/2015 (Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos)		
Perguntas	Respostas	Legislação
1	D	N.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 12/2015
2	A	N.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 12/2015
3	A	N.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 12/2015
4	C	N.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 12/2015
5	C	N.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 12/2015
6	D	Alíneas 1) e 2) do n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 12/2015
7	C	N.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 12/2015
8	B	N.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 12/2015
9	D	N.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 12/2015
10	C	Alínea 1) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 12/2015
11	A	Alínea 2) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 12/2015
12	C	N.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12/2015
13	D	Artigo 7.º da Lei n.º 12/2015
14	B	N.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 12/2015
15	D	Alíneas 1) a 3) do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 12/2015
16	A	N.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 12/2015
17	D	Alíneas 1) a 3) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 12/2015
18	B	Alíneas 1) a 3) do artigo 10.º da Lei n.º 12/2015
19	D	Alíneas 1) a 3) do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 12/2015
20	B	N.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 12/2015
21	C	N.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 12/2015
22	D	Alíneas 1) a 3) do artigo 15.º da Lei n.º 12/2015
23	B	Artigo 17.º da Lei n.º 12/2015
24	C	N.º 2 do artigo 18.º da Lei n.º 12/2015
25	A	N.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 12/2015
26	D	N.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 12/2015
27	B	N.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 12/2015
28	D	N.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 12/2015
29	C	N.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 12/2015
30	B	N.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 12/2015

1) O 《 Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública 》 em vigor estabelece as normas complementares respeitantes ao regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública de serviços ou entidades públicas incluindo:

- A. Serviços personalizados
- B. Fundos autónomos
- C. A ou B
- D. A e B

2) Nos termos do disposto no 《Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública 》 em vigor, a avaliação do desempenho não abrange os trabalhadores que:

- A. Se encontrem providos em cargos de direcção ou equiparados, incluindo os adjuntos do Comandante-geral dos Serviços de Polícia Unitários
- B. Sejam titulares dos cargos de assessores nos Serviços de Polícia Unitários e nos Serviços de Alfândega
- C. Exerçam funções em regime de comissão eventual de serviço
- D. Todas as opções acima

- 3) **Em cumprimento do disposto no 《Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública》 em vigor, deve ser criada, com carácter consultivo, em cada serviço ou entidade pública uma:**
- A. Comissão Consultiva Técnica
 - B. Comissão Paritária
 - C. Comissão Consultiva de Desempenho
 - D. Comissão Técnica de Desempenho
- 4) **Nos termos do disposto no 《Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública》 em vigor, as funções da Comissão Paritária devem ser exercidas com:**
- A. Justiça, isenção e transparência
 - B. Confidencialidade, justiça e isenção
 - C. Independência, isenção e imparcialidade
 - D. Confidencialidade, independência e isenção

5) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, os procedimentos relativos à constituição e funcionamento da Comissão Paritária, bem como as regras relativas à escolha dos seus membros, são definidos por despacho. Indique quem profere o despacho:

- A. O Chefe do Executivo
- B. O Secretário para a Administração e Justiça
- C. O Director dos Serviços de Administração e Função Pública
- D. O Comissário da Auditoria

6) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, os trabalhadores não podem ser designados notadores em processos de avaliação de determinadas pessoas. Indique quais:

- A. Cônjuges
- B. Parentes ou afins na linha recta
- C. Parentes ou afins até ao terceiro grau da linha colateral
- D. Todas as opções acima

- 7) **Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, o processo de avaliação do desempenho tem carácter:**
- A. Público
 - B. Publicidade parcial
 - C. Confidencialidade parcial
 - D. Confidencial
- 8) **Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, a avaliação dos trabalhadores baseia-se em qual dos seguintes sistemas?**
- A. Sistema de menção
 - B. Sistema de notação
 - C. Sistema de apreciação
 - D. Sistema de desconto de pontos
- 9) **Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, os trabalhadores são obrigatoriamente apreciados em relação a diversos factores. Dos seguintes, indique qual/quais:**
- A. Eficácia
 - B. Adaptação e flexibilidade
 - C. Sentido de responsabilidade
 - D. Todas as opções acima

10) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, os trabalhadores são obrigatoriamente apreciados pelos seguintes factores, à excepção de um. Indique qual:

- A. Aperfeiçoamento contínuo
- B. Capacidade de aplicação dos produtos electrónicos
- C. Relações humanas no trabalho
- D. Gestão do tempo de trabalho

11) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, dependendo da natureza das funções exercidas, a avaliação do desempenho dos trabalhadores pode ainda incidir sobre outros factores. Dos factores seguintes, indique quais.

- A. Inovação e criatividade
- B. Trabalho em equipa
- C. Relações com o público
- D. Todas as opções a

12) Em conformidade com o 《Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública》 em vigor, para quais dos seguintes factores se utiliza a ponderação dupla na pontuação final?

- A. Eficácia
- B. Sentido de Responsabilidade
- C. A e B
- D. A ou B

13) Nos termos do disposto no 《Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública》 em vigor, a avaliação do desempenho expressa-se através do preenchimento de um dos documentos seguintes, em modelo aprovado por despacho do Chefe do Executivo. Indique qual:

- A. Fichas de menção
- B. Fichas de antiguidade
- C. Fichas de notação
- D. Nota curricular

14) Nos termos do disposto no 《Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública》 em vigor, a avaliação do desempenho expressa-se através do preenchimento de fichas de notação, as quais contêm obrigatoriamente um:

- A. 《Guia de Menção》
- B. 《Guia de Pontuação》
- C. 《Guia de Desempenho》
- D. 《Guia de Nota Curricular》

15) Nos termos do disposto no 《Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública》 em vigor, a avaliação do desempenho exprime-se numa das seguintes formas, depois de obtida a apreciação quantitativa do serviço prestado em relação a cada um dos factores de avaliação a que o trabalhador está sujeito. Indique qual.

- A. Menção qualitativa
- B. Menção sobre o rendimento profissional
- C. Menção sobre a capacidade de trabalho
- D. Menção quantitativa

16) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, indique qual das seguintes opções não é uma menção qualitativa:

- A. Excelente
- B. Satisfaz Muito
- C. Não Satisfaz
- D. Péssimo

17) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, consoante os valores em que se situam, ao desempenho dos trabalhadores são atribuídas menções qualitativas. Indique qual das seguintes menções qualitativas está correctamente atribuída?

- A. Excelente – 8 valores
- B. Satisfaz – 5 valores
- C. Não Satisfaz – 1 valor
- D. Satisfaz Muito – 6 valores

18) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, sempre que a pontuação final obtida se traduza num número decimal qual é o método previsto para obter o número inteiro?

- A. Arredondamento para o número inteiro imediatamente superior ou inferior, consoante o valor decimal obtido seja igual ou superior a 0,5 ou inferior a este.
- B. Deixar o valor decimal
- C. Acrescentar um valor
- D. Todas as opções acima

19) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, são objecto de avaliação ordinária todos os trabalhadores que, não estando sujeitos a avaliação extraordinária nem ao regime de avaliação das chefias, tenham um período igual ou superior a um determinado número de meses de serviço efectivo no ano civil a que se reporta a avaliação. Indique a opção correcta.

- A. Três meses
- B. Seis meses
- C. Nove meses
- D. Onze meses

20) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, com exclusão do período de desempenho avaliado extraordinariamente ou de acordo com o regime de avaliação das chefias, a avaliação ordinária reporta-se ao trabalho prestado no ano civil anterior e abrange um determinado período. Indique qual.

- A. Entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro
- B. Entre 1 de Março e 31 de Dezembro
- C. Entre 1 de Junho e 31 de Dezembro
- D. Entre 1 de Setembro e 31 de Dezembro

21) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, a avaliação do desempenho dos titulares de cargos de chefia inicia-se na data do início das respectivas funções, reportando-se, em regra, a um período de:

- A. 3 anos
- B. 6 meses
- C. 2 anos
- D. 1 ano

22) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, no processo de avaliação dos titulares dos cargos de chefia consta a possibilidade do pessoal subordinado à chefia emitir a sua opinião sobre uma das opções seguintes, mediante o preenchimento de um questionário previamente aprovado por despacho do Chefe do Executivo. Indique qual.

- A. Relações pessoais da chefia
- B. Desempenho da chefia
- C. Deontologia da chefia
- D. Etiqueta da chefia

23) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, os trabalhadores em situação de nomeação provisória estão sujeitos a avaliação extraordinária, desde que tenham um período igual ou superior a um determinado tempo de serviço efectivo no ano a que se reporta a avaliação. Indique qual.

- A. 1 ano
- B. 18 meses
- C. 6 meses
- D. 9 meses

24) Nos termos do disposto no 《Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública》 em vigor, indique qual dos seguintes trabalhadores estão sujeitos a avaliação extraordinária, desde que tenham um período igual ou superior a 6 meses de serviço efectivo no ano a que se reporta a avaliação?

- A. Os que estão em situação de nomeação provisória
- B. Os que são recrutados mediante contrato, nos primeiros 2 anos de prestação de serviço
- C. Os que são nomeados em comissão de serviço, na situação de mudança de carreira
- D. Todas as opções acima

25) Nos termos do disposto no 《Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública》 em vigor, a “avaliação sumativa” é:

- A. Uma avaliação com relevância autónoma
- B. Uma avaliação total/ geral
- C. Considerada proporcionalmente na avaliação ordinária ou extraordinária imediatamente posterior
- D. Todas as opções acima

26) Indique qual das seguintes fases não está prevista no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, nos processos de avaliação ordinária e extraordinária.

- A. Designação dos notadores
- B. Reuniões de avaliação
- C. Auto-avaliação
- D. Acareação entre o notador e o notado

27) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, os notadores não devem, em princípio, ter a seu cargo a avaliação de mais do que um determinado número de trabalhadores. Indique o número correcto.

- A. 10
- B. 20
- C. 30
- D. 40

28) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, da avaliação efectuada pelo notador cabe reclamação, no prazo de um número de dias determinado a contar da data em que o notado dela teve conhecimento. Indique quantos dias.

- A. 3
- B. 5
- C. 7
- D. 10

29) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, nos casos de intervenção como notador do titular do órgão competente para a homologação, a decisão da reclamação é obrigatoriamente precedida de:

- A. Parecer da Comissão consultiva de desempenho
- B. Parecer do Chefe do Executivo
- C. Parecer da Comissão Paritária
- D. Parecer do Director dos Serviços da Administração e Função Pública

30) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, da homologação, bem como da avaliação atribuída pelo titular do órgão competente para a homologação que no processo tenha intervindo na qualidade de notador, cabe um determinado tipo de recurso para o membro do Governo que tem a seu cargo a área de governação a que pertence o serviço ou entidade. Indique qual.

- A. Recurso hierárquico necessário
- B. Recurso facultativo
- C. Recurso tutelar
- D. Recurso contencioso

31) Em conformidade com o «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, os processos de avaliação ordinária e extraordinária compreendem as fases:

- A. Designação dos notadores
- B. Reunião de notadores; Reuniões de avaliação
- C. Auto-avaliação; Notação; Homologação
- D. Todas as opções anteriores

32) Em conformidade com o 《Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública》 em vigor, o notador é, sempre que possível, o superior hierárquico imediato do avaliado, mas desde que dele tenha um conhecimento mais directo e efectivo, pode ser:

- A. chefia funcional do trabalhador
- B. dirigente máximo do Serviço
- C. inferior hierárquico imediato
- D. Nenhuma das opções acima

33) Em conformidade com o 《Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública》 em vigor, salvo disposição em contrário, o processo de avaliação compreende a realização de uma reunião de avaliação entre o notador e o notado, após a reunião de notadores. Até quando se deve realizar essa reunião?

- A. Até 31 de Dezembro do ano a que se reporta a avaliação
- B. Até 31 de Novembro do ano a que se reporta a avaliação
- C. Até 15 de Janeiro do ano seguinte
- D. Até 1 de Abril do ano seguinte

Respostas

Regulamento Administrativo n.º 31/2004 (Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública)		
Perguntas	Respostas	Legislação
1	D	N.º 1 do artigo 1.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
2	D	Alíneas 1), 3) e 4) do n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
3	B	N.º 1 do artigo 2.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
4	C	N.º 3 do artigo 2.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
5	A	N.º 4 do artigo 2.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
6	D	N.º 1 do artigo 3.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
7	D	N.º 1 do artigo 4.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
8	B	N.º 1 do artigo 5.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
9	D	Alíneas 1), 2) e 4) do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
10	B	Alíneas 3), 5) e 7) do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
11	D	Alíneas 2), 4) e 5) do n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
12	C	N.º 3 do artigo 7.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
13	C	N.º 1 do artigo 6.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
14	B	N.º 3 do artigo 6.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
15	A	N.º 1 do artigo 7.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
16	D	Alíneas 1), 4) e 5) do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
17	C	Alínea 1) do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
18	A	N.º 5 do artigo 7.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
19	B	N.º 1 do artigo 8.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
20	A	N.º 2 do artigo 8.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
21	D	N.º 2 do artigo 9.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
22	B	N.º 4 do artigo 9.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
23	C	N.º 1 do artigo 10.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
24	D	Alíneas 1) a 3) do n.º 1 artigo 10.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
25	C	N.º 1 artigo 11.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
26	D	Alíneas 1), 2) e 4) do n.º 1 artigo 12.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004

Respostas

Regulamento Administrativo n.º 31/2004 (Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública)		
Perguntas	Respostas	Legislação
27	B	N.º 5 artigo 13.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
28	D	N.º 1 artigo 20.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
29	C	N.º 3 artigo 20.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
30	B	N.º 1 artigo 23.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
31	D	Alíneas 1) a 6) do n.º 1 do artigo 12.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
32	A	N.º 3 do artigo 13.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
33	C	N.º 1 do artigo 16.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004